

Dossiê

Gênero e feminismos na FFLCH

Danilo Ferreira
Larissa Nadai
Marília Ariza
(organizadores)

Danilo Ferreira
Larissa Nadai
Marília Ariza
(organizadores)

Dossiê

Gênero e feminismos na FFLCH

Araraquara/SP
Letraria
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gênero e feminismos na FFLCH [livro eletrônico]: dossiê /
Danilo Ferreira, Larissa Nadai , Marília Ariza, (organizadores).
- Araraquara, SP: Letraria, 2022.

PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-009-0

1. Feminismo - Aspectos sociais 2. Filosofia 3. Identidade
de gênero I. Ferreira, Danilo. II. Nadai, Larissa. III. Ariza, Marília.

22-129231

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Gêneros e feminismos: Aspectos sociais 305.3
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Agradecimentos

Às professoras e aos professores que ministraram os cursos do projeto “Gêneros e feminismos na FFLCH” em 2020, que deram origem a este *e-book*.

Ao Prof. Yuri Tavares Rocha, Presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FFLCH/USP.

À Profa. Marli de Quadros Leite, Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da USP.

Ao Programa de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão da PRCEU/USP.

Ao Serviço de Cultura e Extensão da FFLCH/USP.

Ao Serviço de Compras da FFLCH/USP.

À Fernanda Massi, editora da Letraria.

| Sumário

Apresentação	06
1. Feminismos e Filosofia Política: um curso de extensão e uma experiência de diálogo Katarina Pitasse Fragoso e Nathália Sanglard Nogueira	13
2. Mulheres escrevem (n)a Revolução de 1789: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft Ana Beatriz Martins Craveiro e Roberta Soromenho Nicolete	20
3. Perspectivas críticas sobre os cuidados: diálogos feministas Eugenia Brage, Natalia Helou Fazzioni e Denise Pimenta	29
4. Teorias feministas contemporâneas: conceitos fundamentais Beatriz Rodrigues Sanchez	35
5. Experiências no uso das noções de gênero e sexualidade como categorias de análise geográfica Ginneth Pulido Gomez e Vinicius Santos Almeida	40
6. Perspectivas sobre raça e gênero: mulheres escravizadas, libertas e livres pobres no Brasil do século XIX Caroline da Silva Mariano, Caroline Passarini Sousa, Giovana Puppim Tardivo, Lígya Esteves Sant'Anna de Souza e Marina Camilo Haack	50
7. Leituras sociológicas sobre representação política feminina na América Latina Camila Carolina Hildebrand Galetti, Jéssica Mayara de Melo Rivetti e Vanilda Souza Chaves	59
8. Arte, gênero e história na América Latina Ana Beatriz Mauá Nunes, Eustáquio Ornelas Cota Jr., Júlia Glaciela da Silva Oliveira, Giovanna Pezzuol Mazza, Marcela Boni Evangelista e Thaís Mendes Moura Carneiro	65
9. Sobre “poder ver” e “tornar visível”: gênero, raça, corpo e visualidades científicas Larissa Nadai e Marília Ariza	71
10. O conceito de gênero sob três perspectivas filosóficas Carolina B. Antoniazzi, Lis Macêdo de Barros e Melissa Tami Otsuka	81
Autoras/es	92

Apresentação

Gêneros e feminismos: um campo de/em disputa

Larissa Nadai
Marília Ariza
Laura Moutinho

Gêneros e feminismos se tornaram palavras correntes nos debates públicos de nossos dias. Elas são mobilizadas e esgrimidas em disputas acaloradas em torno da ampliação ou restrição de direitos sociais, além de serem frequentemente tomadas em sentidos imprecisos ou flagrantemente equivocados. Não raro essas palavras são tomadas como partes indissociáveis, quase sinônimas, de ideias e demandas que acenam a um campo de conflitos belicosos e um cenário de transformações acalentadas ou temidas, reclamadas, adiadas ou rejeitadas. Não se pode dizer, contudo, que gêneros e feminismos, ferramentas analítica e movimentos intelectuais e sociais, sejam rigorosamente a mesma coisa.

Se, por um lado, é seguro dizer que o conceito de gênero há tempos figura nos diversos campos das ciências humanas como uma potente ferramenta teórica e analítica, mais recentemente popularizando-se nos debates cotidianos, é fato também que parte fundamental de sua história corresponde a seu profundo entrelaçamento ao desenvolvimento dos feminismos e estudos feministas, em suas manifestações mais ou menos acadêmicas. Desde os anos 1980, com a publicação do clássico artigo de Joan Scott (1995), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, as investigações sobre o tema têm se alargado, ampliando recortes iniciais dos estudos sobre condições históricas e sociais vivenciadas pelas mulheres e passando a lançar luz aos atributos femininos e masculinos, historicamente construídos, que forjam sujeitos, relações e práticas.

Nesse ambiente fértil para o pensamento crítico e o debate público, a primeira edição de Gêneros e Feminismos na FFLCH, ocorrida no segundo semestre de 2020, espelha o interesse da Comissão de Cultura e Extensão (CCEEx) dessa faculdade em fomentar um estimulante campo de reflexões que, nas últimas décadas, e sobretudo nos últimos anos, espraizou-se pelos programas de graduação e pós-graduação brasileiros.

Resultado do oferecimento de 11 diferentes cursos, com 820 vagas gratuitas promovidas pela CCEEx, o evento buscou ampliar o acesso a discussões construídas no ambiente universitário, estimulando a consideração do conceito de gênero, das perspectivas feministas e das relações entre ambos em campos variados do saber – Geografia, História, Ciência Política, Filosofia e Antropologia – por um público amplo e diverso. Múltiplos, também, foram os temas tocados

pelos cursos que compuseram essa primeira edição: formulações das teorias feministas e do conceito de gênero, correlações entre gênero, sistemas de arte e saberes oficiais, sua pertinência para pensar nosso passado escravista e demais experiências históricas femininas, a economia do cuidado, o lugar das ciências médicas como máquina de escrutínio ou como arsenal de atuação no campo das disputas políticas e/ou revolucionárias.

Duas pretensões orientaram a organização desse evento, construído em frutífera parceria entre a CCEx e os pesquisadores da FFLCH/USP: por um lado, pretendia-se dar vazão e acesso à rica produção acadêmica que pensa gênero e feminismo em intersecção com outras categorias de análise, como raça e classe; por outro lado, intentava-se nutrir os debates acadêmicos com olhares e ideias potentes, nem sempre presentes no ambiente universitário.

A publicação desta coletânea *Gêneros e Feminismos na FFLCH* registra e divulga esse marcante evento, testemunhando, como se verá nos textos a seguir, a potência crítica dos encontros entre pesquisa acadêmica de ponta, ampliação dos acessos à universidade e debate público. Além de situar campos temáticos, pressupostos teóricos e arenas de debate, autoras e autores recontam a trajetória dos cursos oferecidos. Nesse percurso, saltam aos olhos as referências frequentes à diversidade do público atendido, acolhendo participantes acadêmicos e não acadêmicos, com destaque para professores/as do Ensino Básico; o forte apelo de discussões contemporâneas e urgentes, trazidas à baila não apenas por professores/as e propostas de curso, mas por alunas e alunos que ampliaram o escopo das preocupações e indagações inicialmente desenhadas; o lugar da ciência e da universidade na produção das disputas que encaminham o aprofundamento democrático, bem como a importância das agências sociais para a construção de saberes mais inclusivos.

Síntese das propostas dos cursos

Os cursos apresentados neste *e-book* sintetizam propostas teóricas, discussões e desdobramentos em sala de aula, bem como abrangem temáticas variadas, associadas de formas diversas ao campo dos estudos feministas e de gênero. Além disso, trata-se de textos autorais e criados a partir das experiências de pesquisa e docência de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos de programas de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Assim, alguns têm recorte mais teórico, dedicando-se ao exame de conceitos que estruturam a formação destes campos intelectuais, ao passo que outros apropriam-se dos mesmos conceitos para promover reflexões acerca de experiências históricas, processos e dinâmicas sociais mais detidas. Em todos os casos, destaca-se o excelente diálogo entre pesquisadores, universidade e o desafio feito aos estatutos do saber e suas formas excludentes.

Abrem o dossiê os textos que centram a maior parte de seus esforços em debates teóricos. É o caso de “Feminismos e filosofia política: um curso de extensão e uma experiência de diálogo”, de Katarina Pitasse Fragoso e Nathália Sanglard Nogueira. Ancoradas em suas distintas formações acadêmicas em Filosofia e História, as autoras oferecem importantes miradas a debates filosóficos e políticos fundantes do pensamento feminista. Entretanto, longe de ser um debate abstrato sobre conceitos e teorizações, o curso munuiu-se da triste realidade brasileira, em particular o aumento vertiginoso de violência e da pobreza a que mulheres, meninas e pessoas transgêneros passaram a corporificar durante a crise sanitária de covid-19. Dividido em dois momentos, o curso de extensão trouxe à baila nomes importantes da teoria feminista e do campo da ação política, como Carol Pateman, Nancy Fraser, Iris Young, Silvia Frederici, bell hooks¹, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e María Lugones, a fim de promover debates cruzados entre os feminismos (no plural) e a teoria marxista, bem como a interpelação gestada no seio dos feminismos negros, cujo cerne está em pensar gênero em suas intersecções com a raça e a classe, oferecendo assim profícuas miradas que problematizam o racismo, o colonialismo e as epistemologias eurocêntricas do conhecimento.

Semelhantes articulações entre a Filosofia, os feminismos e a formulação do conceito de gênero animaram o curso “O conceito de gênero sob três perspectivas filosóficas”. Para tanto, Carolina B. Antoniazzi, Lis de Barro Macêdo e Melissa Tami Otsuka oferecem ao leitor diferentes miradas ao conceito de gênero, a partir de suas próprias pesquisas realizadas no campo da Filosofia. Longe de percorrerem um caminho óbvio que redundaria em repisar os marcos temporais em que as obras de Simone Beauvoir, Paul B. Preciado e Iris Marion Young foram publicadas, o curso centrou-se nos pontos de contato entre essas/esses importantes teóricas/os, a fim de mostrar como tal conceito segue sendo disputado e mobilizado através de uma multiplicidade de perspectivas filosóficas. Organizado em três aulas, o curso ofereceu, num primeiro momento, uma imersão na obra clássica de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, demonstrando como outras obras da autora já traziam em seu bojo os interesses da filósofa pelo “problema da existência” e sobre quais seriam as “possibilidade e obstáculos à transcendência do sujeito, à liberdade e à ação”. Num outro espectro, a segunda aula debruça-se sobre a trajetória acadêmica um pouco heterodoxa de Paul B. Preciado e a relação explorada por ele entre o nascimento “maldito” do conceito de gênero e as rupturas que essa mesma noção viria permitir. No primeiro caso, a formulação forjada por John Money e a medicalização imposta aos corpos que dela se sobrepõe. No segundo caso, a possibilidade de uma multiplicidade de “modelos somatopolíticos”, os quais oferecem um “estrato plástico” ao gênero que extrapolam e muito a estanque ideia de dimorfismo sexual. Finalmente, a última aula orientada à obra de Iris Marion Young debruça-se sobre a relação entre subjetividade e opressão de gênero,

¹ Nome empregado em minúsculo pela própria autora por uma decisão política.

a partir do “corpo gestante”. Pouco explorado pela Filosofia, o “corpo gestante” é peça-chave para os estudos fenomenológicos exatamente por permitir que se lance luz à corporalidade e se questionem descrições aparentemente precisas entre interior e exterior, transcendência e imanência. Além disso, a imersão ao pensamento de Young coloca em perspectiva exatamente a possibilidade de conceituar as mulheres enquanto um grupo, tema caro aos feminismos e que estabelece conexões explícitas entre as reflexões de Young e a obra basilar de Simone de Beauvoir, cuja aula abriu o curso.

Inscrito em outro campo teórico-analítico, o curso oferecido por Beatriz Rodrigues Sanchez buscou apresentar ao público mais amplo aspectos contemporâneos que conformam o campo feminista. De caráter introdutório, o curso “Teorias feministas contemporâneas: conceitos fundamentais” teve por base o livro *Pensamento feminista contemporâneo: conceitos fundamentais*, organizado pela professora Heloísa Buarque de Hollanda. Inserido em um contexto de perseguições abertamente propaladas pelo governo de Jair Bolsonaro ao conceito de gênero através da noção “ideologia de gênero”, o curso esteve centrado em perspectivas dos feminismos negros, decoloniais e *queer*. Além disso, a partir de um espaço seguro e afetivo, procurou-se demonstrar às alunas que as teorias feministas não podem ser enquadradas em um tema ou em um recorte específico, ao contrário, a contribuição dos feminismos é da ordem global e não localizada, tendo implicações para todos os campos teóricos e políticos da sociedade.

Em consonância com a necessidade de pensar os atravessamentos de perspectivas feministas e dos estudos de gênero na produção do conhecimento, Ginneth Pulido Gomez e Vinicius Santos Almeida oferecem um curso de extensão voltado a pensar a Geografia como campo disciplinar e a rentabilidade de utilizar noções de gênero e sexualidade como categorias de análise geográfica. Orientados pelas conceituações corpo-território e espaço cis-heteronormativo, “Experiências no uso das noções de gênero e sexualidade como categorias de análise geográfica” lança luz a instigantes abordagens da geografia feminista, demonstrando como gênero, sexualidade e raça não são apenas objetos de estudos, mas categorias transversais da análise geográfica. Ambas as abordagens apontam ainda para importantes deslocamentos na relação corpo e espaço geográfico e questionam noções que tomam o espaço geográfico como mero “palco” estático e inerte. No primeiro caso, embasado pelas análises de Gloria Anzaldúa, Giulia Marchese e outras feministas decoloniais e latino-americanas, o curso apresentou a ideia de corpo-território, com o intuito de apontar a necessidade de se superar uma análise “desencarnada” do espaço e de tomar o corpo – quase sempre feminino ou feminizado – como um espaço de inscrição objetiva e subjetiva que não está somente “no território”, mas converte-se em território. No segundo caso, o espaço cis-heteronormativo, o curso voltou-se à importância

de pensar o espaço como produto e produtor de relações normativas, o que, portanto, desnuda como esses espaços encarnados também assumem as formas organizadoras da sociedade: o racismo e o binarismo sexual e de gênero.

Os olhares se voltam às imbricações entre gênero e política em dois cursos. No primeiro deles, de nome “Leituras sociológicas sobre representação política feminina na América Latina”, Camila Carolina Hildebrand Galetti, Jéssica Mayara de Melo Rivetti e Vanilda Souza Chaves questionam-se os motivos que teriam levado ao aumento de mulheres nos quadros legislativos brasileiros nas eleições de 2018. Em especial, por esse aumento estar ligado a espectros, partidos e grupos que rejeitam ou desvalorizam uma agenda política feminista. Pretendendo-se oferecer um caminho analítico a tal cenário, o curso foi dividido em três momentos distintos. Um primeiro inspirado na obra de Pierre Bourdieu procurou discutir como se conforma um agente político e quais as violências simbólicas gestadas no âmbito das elites políticas latino-americanas que impactam tais trajetórias parlamentares. Embasada por essa bibliografia, a segunda sessão centrou-se em esboçar um panorama histórico e social da representação feminina nos quadros governamentais, cujo foco estava em apontar quais seriam “os principais obstáculos para a entrada e permanência de mulheres” nesses espaços do poder. Finalmente, na terceira e última parte, o curso orientou-se a olhar a ascensão da extrema-direita no continente americano, a partir do entrelaçamento de afetos e atuação política. Amparadas pelas análises de Vladimir Safatle, essa sessão buscou discutir quais afeições têm sido “criadas e consolidadas a respeito da representação feminina” nesse contexto de evidente acirramento político.

Igualmente interessado no mundo da política, suas dinâmicas e representações generificadas, “Mulheres escrevem (n)a Revolução de 1789: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft”, de Ana Beatriz Martins Craveiro e Roberta Soromenho Nicolete, mergulha nos escritos de autoras que viveram a experiência revolucionária francesa do fim do século XVIII, bem como seus ecos na Europa de então. Ao fazê-lo, Craveiro e Nicolete demonstram como, ao abalar estruturas do Antigo Regime, subvertendo hierarquias políticas e princípios de autoridade e estabelecendo acepções de direitos inalienáveis, as tensões políticas do período encerraram também o tensionamento de relações de poder entre homens e mulheres, proporcionando a emergência pública de demandas femininas por direitos políticos na república nascente. Pensadoras da Revolução, intelectuais como de Gouges e Wollstonecraft colocavam-se como agentes num campo político que, embora mobilizando sentidos de universalidade, liberdade e direitos, mostrava-se fortemente refratário à participação feminina e efetiva distribuição de direitos a mulheres e outros sujeitos subalternizados. Alargando sentidos de participação política usualmente mobilizados pela Ciência Política e considerando o espectro ampliado dos escritos femininos sobre a Revolução – os quais incluíram petições, panfletos e brochuras da pena de outras autoras –, Craveiro e Nicolete os inserem na tradição do pensamento político ocidental

produzido a partir do século XVIII. Não o fazem, contudo, acenando a continuidades mecânicas e simplificadoras entre as agendas femininas revolucionárias e pautas feministas que emergiram no feminismo europeu oitocentista.

Sem desprezar o rigor teórico, outros cursos dirigiram atenções às articulações entre gênero e demais categorias analíticas, reportando-as a temáticas e contextos mais específicos. Em abordagem histórica, Caroline da Silva Mariano, Caroline Passarini Sousa, Giovana Puppim Tardivo, Lígya Esteves Sant’Anna de Souza e Marina Camilo Haack tratam, em “Perspectivas sobre raça e gênero: mulheres escravizadas, libertas e livres pobres no Brasil do século XIX”, da renovação trazida pela apropriação do instrumental teórico dos estudos de gênero à historiografia da escravidão e das subalternidades. Valendo-se de um olhar interseccional à história de sociedades escravistas americanas, com ênfase no contexto brasileiro, as autoras refletem sobre o curso que explorou as articulações entre gênero, classe e raça que aproximaram e distanciaram experiências históricas femininas. Assim, referem-se às formas como mulheres de diferentes origens sociais viveram a escravização e buscaram emancipação, disputaram sentidos de autonomia e formas de representação social, experimentaram a maternidade, os vínculos de sociabilidade, e se opuseram à interdição destas relações por proprietários de escravizados, pela medicina, pelo higienismo emergentes e pelo Estado e seus agentes. Argumentam, afinal, que a superação formal da escravidão não redundou na eliminação de formas estruturantes de exclusão que atingiram não apenas as mulheres negativamente racializadas e socialmente precarizadas, como também seus filhos.

Larissa Nadai e Marília Ariza, por sua vez, exploram a mobilização de aparatos de visão e artefatos visuais por saberes científicos que, entre os séculos XIX e XX, produziram-se em consonância com processos de racialização e generificação de corpos. Recorrendo às ideias de antropólogas, historiadoras e críticas culturais, entre outras intelectuais, “Sobre poder ver e tornar visível: gênero, raça, corpo e visualidades científicas” discute os sentidos de políticas de representação e classificação científica fundadas em modernas tecnologias visuais emergentes a partir do século XIX, sublinhando suas íntimas relações com práticas e princípios de representação artística que tensionam, no limite, os estatutos de exceção, isenção e superioridade dos próprios discursos científicos. Questiona, além disso, como tal caráter pretensamente neutro alimentou a produção de imagens e intervenções que, a um só tempo, legitimaram empreendimentos coloniais e expressaram imaginários e ansiedades deles derivados, ensejando, afinal, a adesão a hierarquias sociais projetadas, sobretudo, sobre corpos femininos identificados como *loci*² de inferioridades raciais. Caminhando ao século XX, curso e texto observam como a devassa de certos corpos – não apenas femininos e negativamente racializados, mas também aqueles identificados a outros grupos socialmente

2 Plural da palavra latina *locus*.

inferiorizados, como homens homossexuais – vinculou-se estreitamente aos processos de afirmação de identidades nacionais e suas políticas de Estado e distribuição de direitos e, no limite, à reprodução da sociedade de consumo e às lógicas do capitalismo.

Em outra chave temática, embora com perspectivas teóricas convergentes, Eugenia Brage, Natalia Helou Fazzioni e Denise Pimenta reportam, em “Perspectivas críticas sobre o cuidado: diálogos feministas”, os desdobramentos de seu curso centrado na questão da economia do cuidado e do trabalho reprodutivo – objeto de disputa entre diferentes segmentos do feminismo contemporâneo e cuja discussão ganhou tração em tempos pandêmicos, nos quais políticas de saúde pública e isolamento social incidiram diretamente em dinâmicas do trabalho doméstico e dos profissionais da saúde, grande parte deles mulheres. Ao fazê-lo, remontam e fomentam debates acerca de duas dimensões fundantes da questão em tela: a primeira, referida aos valores simbólicos e carga moral, altamente generificados, associados às tarefas do cuidado; a segunda, relativa à incontornável necessidade de pensar as mulheres em perspectiva interseccional e decolonial, reconhecendo-se sua articulação a diferentes instâncias de desigualdade, como raça e classe. Assim, estabelecendo a genealogia das discussões sobre o cuidado, por meio de autoras como Silvia Federicci, Angela Davis, François Vergè, Audre Lorde, Maria Lugones e Joan Tronto, o texto reflete sobre sua gênese no feminismo branco e sua inserção em debates e agências feministas que, desde os anos 1970, revelam a profunda vinculação entre processos de racialização, plataformas de generificação, recortes étnicos e de classe, entre outros, e a articulação de demandas relativas à divisão sexual do trabalho, papéis familiares e atuação em espaços sociais públicos e privados.

Finalmente, a busca por epistemologias interseccionais e decoloniais marca o curso e o texto de Ana Beatriz Mauá Nunes, Eustáquio Ornelas Cota Jr., Júlia Glaciela da Silva Oliveira, Giovanna Pezzuol Mazza, Marcela Boni Evangelista e Thaís Mendes Moura Carneiro. Intitulado “Arte, gênero e história na América Latina”, o texto retoma os debates do curso acerca das implicações entre colonialidade, gênero, sistema de arte e fazer artístico, articulando-os à atuação política de artistas latino-americanas. Partindo da obra e da reflexão de artistas que questionaram, a partir da década de 1960, a exclusão de artistas mulheres do sistema de arte e dos cânones artísticos vigentes, o texto e o curso avançaram no sentido da identificação das imbricações entre gênero, arte e capitalismo global. Buscam, assim, assinalar o duplo lugar de exclusão experimentado por artistas mulheres oriundas de contextos periféricos e, ao mesmo tempo, reconhecer a forma como elas subverteram tais hierarquias, por meio de sua produção artística e da reflexão sobre suas trajetórias profissionais – “ora negociando sua inserção no mundo das artes”, como dizem os autores, ora deles se distanciando por meio da elaboração de novas linguagens artísticas. Observa-se, assim, como o engajamento da produção dessas artistas no enfrentamento de desigualdades torna-se, afinal, instrumento de luta política com dimensões ampliadas.

Feminismos e Filosofia Política: um curso de extensão e uma experiência de diálogo

Katarina Pitasse Fragoso

Nathália Sanglard de Almeida Nogueira

Introdução

A ideia de oferecer um curso de extensão surgiu como oportunidade de debater tendências teóricas e recentes desenvolvimentos dos estudos feministas, conjugando uma dimensão acadêmica a uma aprendizagem política. Nossas distintas formações disciplinares – uma historiadora, a outra, filósofa – e trajetórias acadêmicas confluíram para a vontade de promover um diálogo plural, aberto a diversas áreas do saber e extrapolando o público universitário.

A proposição do curso se deu em um cenário no qual a pandemia aprofundou e tornou ainda mais visíveis as desigualdades de gênero e a vulnerabilidade de mulheres e sujeitos feminizados. Em apenas um mês de pandemia, com o início de algum isolamento social, o Brasil já registrava, em abril, um aumento de 40% das denúncias de violência contra a mulher no canal 180³, em relação ao mesmo período em 2019⁴, totalizando, em 2020, 105.821 denúncias. Apenas entre maio e agosto, 497 mulheres perderam suas vidas em todo o país, o que significa um feminicídio a cada nove horas e uma média de três mortes por dia⁵. Também nos primeiros meses da pandemia, um levantamento realizado pelo Data Favela e Instituto Locomotiva com 621 mães em 260 favelas, revelou que 84% dessas mulheres tiveram sua renda diminuída e 72% afirmaram que a alimentação estava ou ficaria prejudicada⁶. O impacto do coronavírus entre as mulheres periféricas brasileiras se mostrava extremamente agudo, uma vez que, ocupando prioritariamente as funções da economia do cuidado, dentro e fora de casa, como cuidadoras, enfermeiras e trabalhadoras domésticas, mas também desempenhando boa parte das atividades essenciais – e altamente precarizadas –, elas estavam mais suscetíveis a contrair a doença. Estavam, também, expostas ao desarranjo de suas redes de proteção, solidariedade e cuidado, porque as exigências de isolamento restringiam o compartilhamento de tarefas com outras mulheres de seus círculos de apoio e obstavam o acesso já limitado a equipamentos públicos, como creches e escolas. Além disso, nesse cenário não exaustivo de brutalidades, algumas acumulavam ainda mais camadas de opressão: a população trans, que, em sua maioria, não ocupa empregos formais, ficou mais suscetível à pobreza e à violência, o que mais tarde foi demonstrado pelo dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), segundo o qual foram 175 assassinatos de trans e travestis em 2020 – um percentual 21,3% maior

3 Número da Central de Atendimento à Mulher, serviço vinculado ao estado brasileiro.

4 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/01/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

5 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 22 jul. 2022.

6 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/a-espera-de-auxilio-do-governo-contra-coronavirus-maes-solo-driblam-fome-acordando-mais-tarde.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2022.

que a média de 122,2 assassinatos por ano –, 77% dos quais praticados com requintes de crueldade⁷.

A intrincada teia de vulnerabilidades revela intersecções, condições de opressão que, ao invés de apenas se somarem, se interpenetram e se afetam mutuamente. Esta premissa fundamental nos obriga a pensar não só a dimensão plural e cruzada das desigualdades de gênero, mas também as variedades de respostas teóricas e de modos de ação política para o enfrentamento dos problemas por que passam mulheres e sujeitos feminizados. Assim, para a elaboração do curso, partimos da impossibilidade de falarmos em “feminismo”, no singular. Portanto, voltando nossa atenção para os “feminismos”, a partir de perspectivas contemporâneas da Filosofia Política, buscamos refletir sobre chaves conceituais e questões práticas acerca do patriarcado, do mundo do trabalho, do casamento, das esferas pública e privada, assim como dos movimentos políticos.

1.

Desenhemos, dessa maneira, o curso para nos dedicarmos, em um primeiro momento, aos diversos diagnósticos das injustiças de gênero. No entanto, por considerarmos insuficiente e pouco profícuo nos centrarmos na posição de vítima de mulheres e sujeitos feminizados, decidimos abordar, em uma segunda parte, as múltiplas possibilidades de se traçar horizontes feministas, de modo a reposicionar mulheres heterossexuais, homossexuais, cis, trans e travestis, ocidentais e não ocidentais, em outras correlações de força e deslocá-las da existência incondicional de vítimas para a de propositoras de saídas, de construtoras de imaginações políticas e de futuro.

Por essas razões, introduzimos os debates com o capítulo “Feminismo: um movimento para acabar com a opressão sexista”, do livro *Teoria feminista: da margem ao centro*, de bell hooks (2019), como um ponto de partida para a compreensão da natureza multidirecional das desigualdades de gênero e para assinalar que os feminismos devem confluír para uma luta contra quaisquer formas de opressão. Em seguida, na abertura da unidade sobre a análise das injustiças de gênero, tratamos do horizonte intelectual que elaborou e legitimou a exclusão primeva das mulheres do espaço público, a partir de uma teoria política que as confinava ao âmbito privado, com o já clássico artigo “Gênero, o público e o privado”, de Susan Okin. Uma das consequências dessa delimitação de fronteiras é a misoginia, que considera especialmente ameaçadoras as mulheres que desafiam as expectativas sociais e a imposição de um recolhimento à esfera privada. Para abordarmos o tema, discutimos o esforço conceitual empreendido por

⁷ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/homicidios-de-mulheres-trans-77-sao-praticados-com-requintes-de-crueldade/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

Kate Manne para definir a misoginia, no capítulo “Threatening Women” de seu livro *Down Girl*, cuja tradução oferecemos às(aos) alunas(os).

Na sequência, avaliamos o diagnóstico marxista das injustiças em duas autoras: Silvia Federici e Nancy Fraser. A primeira, no artigo “Teorizando e politizando o trabalho doméstico”, aponta o silêncio da teoria marxista e da nova esquerda quanto ao trabalho reprodutivo, elemento fundamental da economia capitalista. Federici sustenta que a expropriação das mulheres com a não remuneração do trabalho doméstico representa a manipulação mais espreitada e a violência mais generalizada, porém sutil, do capitalismo contra qualquer setor da classe trabalhadora. Como alternativa para a liberação das mulheres, defende, assim, a remuneração dos trabalhos doméstico e sexual. Nancy Fraser, por sua vez, no artigo “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história”, promove uma crítica da passagem do feminismo da segunda onda, sua relação com a nova esquerda e as demandas por redistribuição, para o feminismo da terceira onda, que teria experimentado uma cooptação, um sequestro de sua agenda pelo neoliberalismo, com o esvaziamento da luta por redistribuição de direitos, em nome de um foco mais exclusivo no reconhecimento da diferença.

Ainda na tentativa de mapear alguns diagnósticos de injustiças de gênero, debatemos o capítulo “O contrato sexual: o fim da história?”, de Carole Pateman. No texto, a autora enfatiza o processo político de atribuição de papéis sociais às mulheres, que, por meio de relações contratuais, como os contratos sexuais e de casamento, constrangeu-lhes ao âmbito da domesticidade e da família, como manifestação de traços naturais e constitutivos, ao mesmo tempo em que lhes obstou ocasiões de desvio. De acordo com Pateman, para a compreensão das hierarquias sexuais se faz necessário refutar este contrato originário, o qual, diferente do que prega o liberalismo, não foi fruto de livre escolha, e institucionalizou a subordinação das mulheres.

2.

Na segunda unidade do curso, dedicada às imaginações teóricas e políticas para horizontes feministas, elegemos o capítulo “Epistemologia feminista negra” do livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*, de Patrícia Hill Collins, para iniciar o debate sobre os feminismos negros. Em Collins, como reflexo das opressões interseccionais e dos processos eurocêtricos de produção do saber, as mulheres negras foram aliadas das relações de poder que determinam quais conhecimentos são válidos e legitimados. Como resposta, a autora propõe uma série de rotações epistemológicas, em que a experiência vivida, o diálogo e uma ética do cuidado sejam considerados, a fim de que mulheres negras sejam reconhecidas como agentes do conhecimento. Em sintonia com o pensamento

de Collins, debatemos as ideias da filósofa e ativista Sueli Carneiro, com seu artigo “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, uma referência nas análises da conexão entre raça, gênero e classe no Brasil. Para Carneiro, a situação das mulheres negras no país tem a particularidade de ser atravessada pelo mito da democracia racial, fundante de nossa identidade nacional e responsável pelo mascaramento e falseamento do sistema de opressão racista, e pela violência sexual colonial, que funciona como um cimento entre as hierarquias de raça e gênero. As duas autoras, lidas conjuntamente, apontam para o fato de que qualquer cenário que se pretenda feminista deve se basear em espaços de fala e de escuta de mulheres negras.

Em seguida, discutimos o artigo “Por um feminismo afro-latino-americano”, no qual Lélia Gonzalez interliga racismo, colonialismo e imperialismo para refletir sobre os sistemas de opressão racial e de gênero na “América”, categoria por ela desenvolvida para designar uma espacialidade e um sistema etnográfico de referência. Um feminismo amefricano seria uma possibilidade de pensar os problemas de gênero a partir dessa singularidade constituída historicamente e, por conseguinte, promover uma torção nas interpretações exclusivistas da tradição eurocêntrica. Como proposta de torção ainda mais radical e na esteira dos debates sobre a colonialidade como um determinante na opressão de mulheres em países periféricos, discutimos o artigo “Rumo a um feminismo decolonial”, de María Lugones, em que a autora mobiliza a noção de colonização de gênero, para tratar do processo operado pelas metrópoles europeias na construção das categorias de sexo e gênero, que, além de hierarquizar homens e mulheres, destituía a humanidade dos sujeitos colonizados. Lugones propõe, considerando as práticas, as experiências dos grupos originários e suas próprias concepções acerca de sexo e gênero, traçar estratégias de resistência e alternativas teóricas para sua desconstrução.

Por fim, uma vez que a perspectiva teórica de Lugones desestabiliza as categorias “gênero” e “mulher”, finalizamos o curso com a provocação: afinal, o que significa “mulher”? A partir do artigo “O gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social”, de Iris Young, a indagação concentrou-se em como operar com a instabilidade dessa categoria e, ao assumir a provisoriedade de qualquer definição, quais seriam as possibilidades teóricas e políticas para as lutas feministas.

Em todos os dias previstos para o curso, para além das apresentações dos textos, promovemos a interlocução e um diálogo horizontal, em que as(os) participantes foram convidadas(os) a se manifestar não apenas para perguntarem – como se houvesse a suposição de sujeitos que perguntam e outros que respondem –, mas para construirmos coletivamente questões e alternativas. A presença majoritária de mulheres, de diferentes contextos regionais, sociais e educacionais proporcionou reflexões enriquecedoras, criando um espaço-tempo de encontros

plurais, de troca de experiências e de saberes. Ademais, uma invasão do presente marcou distintos momentos do curso, de modo que nossas discussões, mais do que abstrações, ganhavam uma dimensão corpórea, muitas vezes cruéis, como na história, amplamente divulgada pela mídia, de uma menina de 10 anos, abusada sexualmente por um familiar e coagida a não realizar o aborto⁸, que lhe era garantido por lei, ou o caso de Mari Ferrer, transformado em espetáculo de como mulheres revivem violências de gênero, inclusive nas instâncias que deveriam protegê-las⁹.

Em suma, a experiência do curso de extensão se configurou como um espaço-tempo de elaboração coletiva, aprendizado, de troca de saberes-poderes, uma oportunidade de debater teoricamente os diagnósticos das desigualdades de gênero e rotas de fuga, conceituais, mas também práticas, no sentido de fortalecimento dos feminismos e das lutas por direitos. Encontros para interpelar e deixar-se interpelar.

Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. *In*: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. p. 401-432.

FEDERICI, Silvia. Salários contra o trabalho doméstico. *In*: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 40-54.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e astúcia da história. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2019. p. 25-48.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁹ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

hooks, bell. Feminismo: um movimento para acabar com a opressão sexista. *In*: hooks, bell. **Teoria Feminista: da Margem ao Centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019. p. 47-66.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2019. p. 357-377.

MANNE, Kate. Threatening Women. *In*: MANNE, Kate. **Down Girl**: Oxford: Oxford Press, 2018. p. 31-54.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>

PATEMAN, Carol. O contrato social e o fim da história? *In*: PATEMAN, Carol. **O contrato sexual**. Stanford: Stanford Press, 1988. p. 116-153.

YOUNG, Iris. O gênero como serialidade: pensar as mulheres como um colectivo social. *In*: **Revista Ex Aequo** – Associação Portuguesa de Estudos das Mulheres. n. 8. Porto: Celta Editora, 2004. p. 113-139.

Mulheres escrevem (n)a Revolução de 1789: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft

Ana Beatriz Martins Craveiro
Roberta Soromenho Nicolete

“Há tempos estava convencida de que
nos educamos para tudo,
até para a paixão política”.

(Elena Ferrante, *História de quem foge e de quem fica*)

Introdução

A escolha do título do curso que deu origem a este capítulo não foi casual e revela, de partida, a questão mais geral abordada nas aulas. Por que escolhemos “mulheres escrevem”, e não simplesmente *escritores* (no genérico masculino, tido por universal)? Por que não escolhemos simplesmente um adjetivo: mulheres “escritoras”? Ou ainda, por que escolhemos um verbo: mulheres “escrevem”? O que poderia soar como uma ação trivial para os padrões contemporâneos de ocupação e circulação das mulheres serviu-nos de fio condutor para uma reflexão ainda pouco explorada na teoria política: afinal, o que as mulheres e, particularmente, Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797) escreveram, no século XVIII, sobre e durante a Revolução, que abriu um verdadeiro abismo entre dois mundos?

Durante a Revolução francesa, a condição das mulheres na política e na sociedade foi um dos temas que contribuíram para a efervescência das ideias políticas: não se questionava apenas a recusa da participação das mulheres em lugares considerados espaços oficiais de poder, como o exército, a guarda nacional e a tribuna (cf. GODINEAU, 2013), mas também a educação das mulheres, bem como a condição delas no casamento, a atenção à saúde específica das mães, a condição das colônias e dos negros. Em outras palavras, negar as antigas estruturas da autoridade, as hierarquias e questionar qual lugar caberia às mulheres numa República que amparasse a igualdade política em “direitos inalienáveis do homem” (afirmados na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789), teve, por consequência incontornável, o abalo das relações entre homens e mulheres no mundo privado¹⁰. Paralelo claro encontra-se nas palavras de Wollstonecraft, uma das autoras de destaque no curso ministrado:

O direito divino dos maridos, tal qual o direito divino dos reis, pode, como é de esperar nesta época iluminista, ser questionado sem perigo; e, ainda que a convicção não consiga silenciar muitos contestadores ruidosos, é verdade que, quando se ataca algum preconceito corrente, os sábios considerarão e deixarão que aqueles de mente estreita protestem com veemência irracional contra a inovação. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 64).

¹⁰ Não foi por outra razão que o argumento de muitos escritos contrarrevolucionários, já no início do século XIX, era o de que a participação política das mulheres era contrária à virtude, à docilidade e à brandura e transformava as mulheres em monstros. Foi nesse período, aliás, que se intensificou a produção da figura das mulheres que frequentavam as Assembleias e participavam ativamente da vida pública como mulheres “perigosas”, “sanguinárias”, “*tricoteuses*” – como desocupadas que ganhariam uns trocados em troca de aplausos na Assembleia –, como as verdadeiras “fúrias da guilhotina”. Sobre a construção da imagem das mulheres no período contrarrevolucionário, ver Godineau (2013).

Em fins do século XVIII, no período revolucionário, diversas “escritoras engajadas”, como vieram a ser conhecidas posteriormente certas mulheres, entre elas Olympe de Gouges, Théroigne de Méricourt, Madame de Coicy, Manon Roland, bem como as “frequentadoras das tribunas”, discutiam a recusa dos direitos políticos às mulheres (especialmente as do clero e as filhas e viúvas da nobreza, excluindo-se as mulheres do povo, conforme se lê no *Le règlement royal du 24 janvier 1789*). Outras, a exemplo de Louise de Kéralio, embora realizassem ofícios até então reservados aos homens e, desse modo, ocupassem os incipientes espaços públicos, contribuindo com a formação de clubes e associações políticas, não reivindicavam o seu direito de representação e participação política¹¹. O fato de que mulheres tão diferentes entre si apresentassem propostas políticas igualmente diversas também foi matéria controversa tratada no curso, afinal, a categoria genérica “mulheres” pode esconder diferenças que amparavam reivindicações distintas e modos de atuação política muito diversos¹².

Nesse sentido, não é desimportante lembrar que, a despeito das mulheres participarem das assembleias paroquiais, ainda no antigo regime, e de mesmo as não letradas terem participado ativamente de clubes políticos femininos, de outras terem pego penas para escrever panfletos, petições, registros de sessões da Assembleia, é comum que a historiografia reitere a “ausência das mulheres” dos espaços públicos. O curso questionou esse consenso historiográfico à luz de diversos escritos políticos e registros de arquivos, que evidenciam a presença das mulheres, sem entretanto sustentar que elas estavam meramente antecipando reivindicações feministas ou que seus escritos fossem apenas um prelúdio ao feminismo que se desenvolveria no século XIX. Com efeito, o argumento do curso realçou a questão específica a que essas mulheres tentavam responder no período, bem como a ação política que lhes era possível, sem supor anacronicamente que a categoria “mulher”, tal como a compreendemos hoje, pudesse ser aplicada àquele contexto.

De caráter introdutório, o curso teve por objetivo central apresentar uma seleção da obra de duas mulheres no debate sobre os rumos da Revolução, bem como sobre os projetos de educação em disputa: Olympe de Gouges, cuja obra mais conhecida é a *Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), e Mary Wollstonecraft, autora do excerto destacado anteriormente, *Reivindicação dos direitos da Mulher* (1792), as quais, por muito tempo, foram

11 É importante destacar que muitas mulheres, entre o grupo social alfabetizado (o que exclui, de saída, grande parte da população), passaram a se aventurar em gêneros literários até então ditos “masculinos”, como o jornalismo e as memórias, além de serem intensificadas as produções de peças escritas por mulheres (ver HIVET, 1999).

12 Se não se pode tomar a participação das mulheres nesse período como um processo homogêneo, já que elas participaram de diversas maneiras na defesa de diferentes pautas, inclusive contra a inclusão das mulheres na cidadania, é inegável que mulheres de diferentes camadas sociais e posicionamentos políticos contrastantes passaram a se interessar pelas questões da vida pública. Houve, na França, nesse período, uma “cidadania feminina militante”, ainda que a elas fosse negada a cidadania. As mulheres, inclusive as das camadas sociais mais baixas, participavam ativamente de manifestações, assinavam petições, frequentavam clubes e as galerias da Assembleia Nacional (cf. LANDES, 1996; MORIN, 2013). Por outro lado, tem-se mulheres de camadas sociais mais altas participando do debate público, como é o caso de Olympe de Gouges e Madame Roland. Na Inglaterra, tem-se autoras como Catharine Macaulay, Mary Wollstonecraft, Charlotte Smith e Mary Hays tematizando a revolução e a condição das mulheres.

esquecidas ou consideradas menores pela tradição do pensamento político do século XVIII. No curso, não foi empreendida uma análise exegética dos escritos políticos das autoras, pois se tratava de compreender o debate mais amplo do período mediante a introdução de uma questão específica: como as mulheres se colocaram como agentes políticos dotadas de uma condição particular, no momento em que a estrutura da autoridade do antigo regime estava em ruptura e a da democracia estava em processo de legitimação, amparando-se em princípios como “igualdade”, “direitos universais” e “liberdades individuais”?

Tais princípios foram intensamente disputados do outro lado do Canal da Mancha, na repercussão da Revolução francesa conhecida como a “Controvérsia da Revolução 1789-1795”. Wollstonecraft esteve no centro dessa controvérsia, ainda que o debate tenha ficado registrado, na Inglaterra, em torno do discurso de Richard Price, *A Discourse on the Love of our Country* (1789), a resposta de Edmund Burke em *Reflections on the Revolution in France* (1790) e, por fim, a defesa de Thomas Paine dos princípios da revolução em *The Rights of Man* (1791). Embora Wollstonecraft participe desse debate em dois momentos, a partir da publicação, em 1790, de *Vindication of the Rights of Men*¹³, o curso teve por foco a sua obra mais conhecida, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de 1792. Nessa obra, endereçada ao então responsável pelo plano de educação nacional para a França, Talleyrand-Périgord, a condição feminina é discutida a partir da educação oferecida às meninas, questão que esteve no centro do curso, nas aulas destinadas à Mary Wollstonecraft. A autora argumenta que a degradação feminina e sua suposta inaptidão para as exigências de ofícios na vida pública seriam consequências da educação a que foram submetidas, visando o casamento, de modo que a reflexão sobre a condição da mulher passa pela tematização da “tirania do homem”, entendendo-se por isso um poder arbitrário que acometia não apenas a sociedade naquele período, mas a própria estrutura (hierárquica) familiar.

Quanto às aulas destinadas à Olympe de Gouges, destacamos o fato de, a despeito de a interdição imposta a seu sexo, a autora ter elaborado a sua escrita na tensão entre os temas que supostamente pertenceriam somente ao domínio doméstico com as demandas por igualdade debatidas no espaço público, fornecendo uma linha divisória muito mais descontínua do que se concebe em certas tradições da Teoria Política. Para a autora, não se poderia falar em uma sociedade de igualdade se os costumes não fossem outros e se os direitos não fossem estendidos aos mais pobres, aos negros e às mulheres, razão pela qual a atuação política de Olympe de Gouges se deu mediante a defesa dos direitos dos filhos fora de casamentos, considerados ilegítimos. A proposta de um contrato que regesse o matrimônio, como analisamos durante o curso, no texto “O bom senso do francês”, publicado em fevereiro de 1792; a proposta

13 Obra publicada em 1790, antes da obra de Tom Paine. Foi considerada a primeira resposta às *Reflections...*, de Burke.

de criação de hospitais específicos para o acolhimento das mulheres que davam à luz, cujos recursos adviriam de impostos submetidos às parcelas mais ricas da população, como se lê em “Projeto útil e salutar” (panfleto publicado à custa da autora em abril de 1789, também analisado durante o curso); a defesa dos direitos dos negros (“Sobre ‘a espécie dos homens negros’”, publicado em fevereiro de 1788). O curso abordou também o mais conhecido entre os escritos de Olympe de Gouges: “Os direitos da mulher” (publicado em setembro de 1789). Examinou-se o expediente paródico, no qual a autora repete o estilo, mas inverte o conteúdo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, questionando qual lugar caberia às mulheres no regime nascente, numa sociedade que rejeitava a estrutura antiga e proclamava direitos universais, mas sob uma lógica de exceção¹⁴. Por fim, o curso também discutiu a intervenção direta de Gouges no debate político republicano do período, mais especificamente, contra Robespierre. Em “Prognóstico sobre Maximilien de Robespierre por um anfíbio”, publicado em 05 de novembro de 1792, a autora se apresenta como um anfíbio, um animal de duplo meio, que se dirige diretamente a Robespierre, quem já gozava de confiança e acumulava grande popularidade, a ponto de ser considerado quem mais bem encarnou os princípios da Revolução¹⁵, bem como a intransigência da Montanha diante dos girondinos: “Escuta, Robespierre, é contigo que vou falar, ouve teu veredicto e sofre a verdade. Tu te autoproclamas o único autor da Revolução; não o foste; não o és, dela não serás mais do que o opróbrio e a execração, para sempre” (GOUGES, 2020, p. 71). O curso abordou a linguagem do republicanismo disputada por ambos os atores políticos e a atuação de Olympe de Gouges até a sua prisão, julgamento e condenação à guilhotina.

1. Relato sobre o curso

O curso foi desenvolvido em quatro aulas, organizadas em quatro eixos temáticos: a) Contextualização do debate: quais mulheres participaram e de que modo se inseriram na discussão mais geral da Revolução Francesa? A escrita de brochuras e petições como modos de intervenção na opinião pública e na construção do incipiente espaço público; b) A escrita e a palavra pública das mulheres como modo esquecido de agência política: um debate com a historiografia tradicional da Revolução francesa; c) *Declaração dos Direitos da Mulher*, de Olympe de Gouges: da ideia de igualdade a uma declaração parcial dos direitos; d) A Inglaterra debate a Revolução: *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Mary Wollstonecraft, e os projetos de educação pública. Cada aula teve duas horas de duração, dividida em uma primeira etapa de aula expositiva, com apoio de apresentação de *slides* para compartilhar trechos dos textos

14 Cf. Shanti Singham, *Between Cattle and Men: Jews, Blacks and Women and the Declaration of the Rights of Man*. In: *The French Idea of Freedom*. The Old Regime and the Declaration of Rights of 1789. Ed. Dale Van Kley, Stanford University Press, 1994.

15 A referência é à obra de Marcel Gauchet, *Robespierre*. L'homme qui nous divise le plus. Paris: Gallimard, 2018.

que seriam discutidos e gravuras do período, e uma segunda etapa reservada ao debate, a partir das questões colocadas pelas alunas e alunos.

No controle de presença da primeira aula, realizado via formulário gerado por um serviço da empresa Google, foram incluídas perguntas sobre a formação e o interesse dos presentes no curso, com as quais pudemos notar como o grupo era bastante diverso. De fato, a maior parte dos inscritos eram alunos e alunas de graduação da FFLCH, mas tínhamos também alunos de mestrado, doutorado, professores da rede pública, vestibulandos, além de inscritos de outras áreas do conhecimento, como enfermagem e terapia ocupacional. Além disso, tivemos alunas e alunos de dez estados do Brasil. Nesse sentido, foi muito rica a experiência do curso de difusão e a oportunidade de discutir esses textos com um público tão amplo e diverso, contribuindo para a formação, entendida aqui em sentido amplo, inclusive de vestibulandos em seus primeiros contatos com a universidade. Do ponto de vista da divulgação científica das pesquisas que são desenvolvidas na FFLCH, a importância das iniciativas da Secretaria de Cultura e Extensão não pode ser superestimada. As alunas e os alunos se mostraram bastante interessados, interagindo pelo *chat*, pedindo indicações bibliográficas, propondo grupos de estudos e mesas-redondas. Tudo isso mostra que o presente projeto de extensão foi frutuoso e realizou o propósito de estabelecer encontro entre pesquisadoras e a comunidade acadêmica e não acadêmica mais ampla.

2. Contribuição do tema às questões de gênero e feminismos na contemporaneidade

O curso teve por objetivo explorar um contexto específico da história em que as mulheres escreviam sobre a Revolução e incontornavelmente sobre a própria condição. Uma primeira contribuição do curso, portanto, diz respeito à apresentação de um debate com fontes bibliográficas mais heterogêneas e tornado mais complexo mediante a introdução de uma questão específica, considerando-se o modo pelo qual diferentes grupos de atores políticos, impulsionados pela *Declaração*, responderam à atuação das mulheres no espaço público e à reivindicação de seus direitos. Se a *Declaração* é um marco dos acontecimentos da Revolução Francesa, não deixa de ser uma armadilha a essas mulheres apoiá-la quando ela mesma falha em assegurar o seu direito à participação política, à representação, à fala nas tribunas. Em uma palavra, quando as mulheres têm a sua condição, inclusive a de cidadãs, objetada. Além disso, a própria noção de “participação política”, uma das categorias centrais na Teoria política, foi matizada. Talvez tenhamos um conceito tão fixo de “participação” que não conseguimos enxergar em formas

diversas de atuação uma participação efetiva: fossem pelos panfletos e cartas das mulheres letradas, fossem petições das mulheres do clero, fossem lavadeiras apresentando petições, fossem nobres doando suas joias. Com efeito, o curso contribui para assinalar que sem ampliar o nosso repertório que é, no mais das vezes, associado a um lugar específico do poder e esse lugar, de saída, já tem um gênero, desprezamos a atuação política de outros corpos.

Uma contribuição adicional do curso à Teoria, portanto, diz respeito à tentativa de compreender como as mulheres se colocaram como agentes políticos dotadas de uma condição específica, no momento que a estrutura da autoridade do antigo regime está em ruptura e a da nova sociedade está em franco processo de legitimação, e na qual notam suas possibilidades de participação política restritas. As ambivalências que tomam a escrita dessas mulheres, portanto, são também a forma encontrada para atuar politicamente entre dois mundos, o antigo e o novo. A pena dessas mulheres, como argumentamos no curso, é um meio privilegiado de redimensionamento das esferas pública e privada, razão pela qual nos interessa discuti-la em teoria política. Trata-se de uma contribuição fundamental não apenas para os avanços teóricos contemporâneos e pela possibilidade de reavaliar o nosso próprio vocabulário político em face de debates do passado, mas também por discutir obras citadas nos debates feministas contemporâneos, mas ainda pouco estudadas. Se, como afirma Duran (2006, p. 1), “o trabalho das mulheres filósofas foi enterrado, literalmente e metaforicamente”, cabe a nós desenterrá-las e, parafraseando Skinner (1999, p. 90), “trazer de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados”.

Sobre a bibliografia utilizada

Dada a dificuldade de encontrarmos material em língua portuguesa e a carga horária do curso, indicamos como literatura obrigatória apenas as duas obras de referência de Wollstonecraft e de Gouges, ambas traduzidas para o português. As demais indicações, oriundas notadamente de matrizes anglo-saxãs e francesas de estudos literários, feministas e de teoria política, foram consideradas como literatura complementar e auxiliaram alunas e alunos que estão desenvolvendo pesquisas nessas áreas de estudo. Tem-se entre essas recomendações obras de referência nos estudos sobre Mary Wollstonecraft, como os livros de Sandrine Bergès, Alan Coffee e Virginia Sapiro, além de textos de referência sobre a atuação das mulheres na Revolução. Por fim, deixamos indicadas dissertações e teses defendidas no Brasil, para que os e as leitoras conheçam o que tem sido produzido no Brasil nesse campo de estudos.

Referências

BERGÈS, Sandrine; COFFEE, Alan. **The Social and Political Philosophy of Mary Wollstonecraft**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BERGÈS, Sandrine. **The Routledge Guidebook to Wollstonecraft's A Vindication of the Rights of Woman**. New York: Routledge, 2013.

BOUR, Isabelle. A New Wollstonecraft: The Reception of A Vindication of the Rights of Woman and of The Wrongs of Woman in Revolutionary France. **Journal for Eighteenth-Century Studies**, v. 36, n. 4, p. 575-587, 2013.

COICY, Madame de. **Les femmes comme il convient de les voir ou aperçu de ce que les femmes ont été, de ce qu'elles sont et de ce qu'elles pourraient être**. Paris, Londres, 1785.

DURAN, Jane. **Eight Women Philosophers: Theory, Politics, and Feminism**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2006.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; MEDEIROS, Talita Gonçalves. A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 25, p. 371-374, 2017.

FAURÉ, Christine. Doléances, déclarations et pétitions, trois formes de la parole publique des femmes sous la Révolution. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 344, abr./jun., 2006.

GODINEAU, Dominique. Femmes et violence dans l'espace politique révolutionnaire. **Historical Reflections/Réflexion Historiques**, v. 29, n. 3, p. 559-576, 2013.

GOUGES, Olympe. **Avante, Mulheres!:** declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e outros textos. São Paulo: Edipro, 2020.

HIVET, Christine. Mary Wollstonecraft, la Révolution française et A Vindication of the Rights of Woman. *In*: XVII-XVIII. **Bulletin de la société d'études anglo-américaines des XVIIe et XVIIIe siècles**, n. 49, p. 269-281, 1999. DOI: <https://doi.org/10.3406/xvii.1999.2108>

JOHNSON, Claudia L. (org.). **The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft**. New York: Cambridge University Press, 2002.

LANDES, Joan B. The Performance of Citizenship: Democracy, Gender, and Difference in the French Revolution. *In*: BENHABIB, S. (ed.). **Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Proto-feministas na Inglaterra Setecentista: Mary Wollstonecraft, Mary Hays e Mary Robinson. Sociabilidade, subjetividade e escrita de mulheres**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

MOTTA, Ivânia Pocinho. **A importância de ser Mary**. São Paulo: Annablume., 2009.

SAPIRO, Virginia. **A vindication of political virtue: the political theory of Mary Wollstonecraft**. Chicago: University of Chicago, 1992.

SINGHAM, Shanti Marie. *Between Cattle and Men: Jews, Blacks, and Women, and the Declaration of the Rights of Man*. In: VAN KLEY, D. (org.). **The French Idea of Freedom: The Old Regime and The Declaration of Rights of 1789**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

SKINNER, Quentin. *A liberdade e o historiador*. In: SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

TAYLOR, Barbara. **Mary Wollstonecraft and the feminist imagination**. New York: Cambridge University Press, 2003.

WALKER, Gina Luria. *Women's Voices*. In: CLEMIT, Pamela. (org.). **The Cambridge Companion to British Literature of the French Revolution in the 1790s**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman and A Vindication of the Rights of Men**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Perspectivas críticas sobre os cuidados: diálogos feministas

**Eugenia Brage
Natália Helou Fazzioni
Denise Pimenta**

Introdução

O curso “Perspectivas críticas sobre os cuidados: diálogos feministas” teve por objetivo discutir as principais perspectivas críticas que orientam as abordagens sobre os cuidados e o trabalho reprodutivo, tomando como eixo central as disputas no interior do próprio feminismo. Selecionamos textos de autoras consideradas centrais nessas discussões, não com a intenção de esgotar o debate, mas, pelo contrário, de abrir interrogantes teóricos, epistemológicos e políticos que nos permitam continuar o caminho iniciado pelas nossas antecessoras feministas, contribuindo assim com o “caos de conhecimento” que, em palavras de Audre Lorde (2020, p. 15), “nutre a visão”.

Ao longo do curso, buscamos compreender como os debates atuais se articulam na arena pública, assim como as principais formas de definição do cuidado na literatura sobre a temática, colocando na mesa as controvérsias de uma categoria polissêmica a perder de vista as complexas dimensões de sua organização social e aspectos morais, quando associado exclusivamente ao afeto (TRONTO, 2020). Adentramos assim em discussões sobre democracia, ética, desigualdades interseccionais e, finalmente, abrimos interrogantes sobre como pensar os cuidados e o trabalho reprodutivo em chave decolonial.

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre o curso que surgiram em diálogo com as, os e es participantes. A riqueza do intercâmbio produzido nesses encontros nos leva a reafirmar nosso compromisso com a coprodução de conhecimentos e a transferência não só daqueles produzidos nas universidades, mas, fundamentalmente, daqueles que foram e são produzidos nas ruas, nos movimentos sociais e na resistência cotidiana como é o caso das problematizações sobre os cuidados.

1. Debates contemporâneos sobre os cuidados

A pandemia de covid-19 tensionou ainda mais a discussão sobre o cuidado na prática, debate este que se estendeu ao ambiente acadêmico, provocando reflexões em distintas áreas. Assunto amplamente discutido ao longo do último ano, as políticas de isolamento social acarretaram uma sobrecarga ainda maior das demandas de cuidado no ambiente doméstico, devido ao não funcionamento de creches e escolas, adoecimento de familiares, maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, entre outros. As mulheres, sobretudo as mais pobres e negras, foram as mais afetadas por essa realidade, denunciando também o aspecto racializado desse processo (PIMENTA, 2020). O mesmo retrato se estende entre as profissionais de saúde na linha de frente ao enfrentamento da doença, na qual as mulheres negras figuram como as

mais afetadas pela posição precarizada que ocupam em seus ambientes de trabalho, agravada pela sua responsabilização também pelo cuidado doméstico.

A autora francesa Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial* (2020) sublinha que o trabalho do cuidado não é apenas feminizado, mas também racializado. Além disso, às mulheres não brancas são destinados os tipos de trabalho mais perigosos, o que coloca suas vidas em constante risco. Vergès nos chama atenção para o fato de que o trabalho do cuidado sempre esteve diretamente relacionado às mulheres, muitas vezes posto como algo naturalizado. No entanto, a autora nos aponta que os piores, mais arriscados, sujos e mal pagos trabalhos geralmente são endereçados às mulheres pobres, migrantes, pretas e não brancas. O que é sobremaneira acentuado em momentos de crises sócio-sanitárias como a que se vive atualmente no Brasil e alhures.

A pandemia de covid-19, portanto, reforçou a urgência de ampliar um debate público sobre cuidado, fazendo eco à provocação de pesquisadoras que já se dedicam ao tema há alguns anos, como Joan Tronto (2020), que afirma a necessidade de trazer o cuidado para a democracia e assim democratizar o cuidado. Para a autora, este processo contemplaria o entendimento de alguns princípios básicos pelas sociedades democráticas, conformando uma espécie de manifesto para uma ética do cuidado. Para tanto, deveríamos partir da premissa de que somos todos naturalmente vulneráveis e necessitamos de cuidado ao longo de nossas vidas. Isso posto, torna-se necessário aceitar a pluralidade nas formas de cuidar, sem com isso deixar de exigir o acesso igualitário a bons cuidados. Assumir tal perspectiva implicaria ainda em escapar do modelo dual de cuidado, entendendo que quanto mais pessoas/instituições responsáveis pelo cuidado, melhor, e que, nesse sentido, necessidades urgentes de cuidado são direitos sociais e não responsabilidades individuais.

Acreditamos que a discussão aqui realizada aprofunda e complexifica os desafios inerentes a cada um desses pontos. Reforçando e problematizando a necessidade urgente de falarmos mais e cada vez mais seriamente sobre o tema do cuidado em uma perspectiva feminista. Por fim, ficamos felizes que estas reflexões que nos acompanham ao longo dos anos em nossos caminhos, como antropólogas e feministas, tenham sido plasmadas em um curso de extensão.

2. Cuidados, gêneros e feminismos

Falar de trabalho reprodutivo e de cuidados não é possível sem considerar os debates contemporâneos sobre gêneros e feminismos. A questão da reprodução social, o que hoje chamamos de cuidado, trabalho doméstico – seja ele remunerado ou não –, trabalho de cuidado, sustentabilidade da vida etc., é um debate que nasce dentro dos feminismos dos anos 1970,

principalmente nos Estados Unidos, representando o nó central da discussão dos movimentos de mulheres. Esse período representou um momento-chave de produção teórica e política em relação aos temas em questão (DAVIS, 2014; FEDERICI, 2019), sendo desde o início um campo de disputas.

Temas como a divisão sexual do trabalho e a produção de esferas separadas público/privado, a ideia de “dona de casa”, entre outros, foram fortemente questionados pelas feministas negras dessa época, por se tratarem de teorizações eurocentradas. Perspectivas interseccionais tornaram-se cruciais para representar as vozes das pessoas racializadas (DAVIS, 2014) cujas experiências estavam longe de se identificarem com as das mulheres brancas.

Hoje, vemos um renovado interesse em discutir estas questões que foram tão importantes naqueles tempos e observamos, principalmente, uma série de disputas nas quais o questionamento ao feminismo branco continua ocupando a linha da frente. Se as discussões dentro dos feminismos estão cada vez mais interpelando essa hegemonia, então a discussão sobre a reprodução social e os cuidados não pode cair nessa omissão. A literatura sobre cuidados deve afrontar e enfrentar os desafios colocados desde sempre pelos feminismos negros, indígenas e de pessoas não brancas, sendo que se trata de um debate essencialmente feminista.

O curso buscou gerar um espaço de troca e discussão sobre esses atravessamentos, fazendo com que a própria categoria de cuidado seja também disputada e desestabilizada. A pergunta que nos motivou foi a seguinte: de onde estamos problematizando e pensando os cuidados e o trabalho reprodutivo? Ao falarmos de divisão sexual do trabalho, gênero, família etc., não estamos reproduzindo também um pensamento eurocêntrico?

Discussões em torno dos cuidados e o trabalho reprodutivo re-emergem nos nossos contextos atuais, permeados agora pelo capitalismo globalizado neoliberal, racista e extrativista. Mas vemos que essas discussões não são novas, muito pelo contrário. Trazer as discussões mais calorosas dos feminismos para pensar os cuidados nos conduz a recuperar diversas vozes: pessoas negras, não brancas, de cor, indígenas, LGBTQI+, entre outras. A ideia de diálogo, tão própria dos feminismos, levou-nos a considerar a diversidade de vozes e experiências que se cruzam, problematizando a hegemonia do feminismo branco na produção bibliográfica sobre cuidados.

Sem dúvida, o cuidado é uma categoria analítica relevante, mas por se tratar de uma categoria inicialmente problematizada desde o feminismo branco, ela não representou, historicamente, a diversidade de experiências dos feminismos negros, de cor, de *abya yala*, comunitários, populares, camponeses, dentre outros. Se, por um lado, a categoria de cuidados abrange apenas as desigualdades dentro de um modelo de família nuclear, omite o fato de que na

América Latina o cuidado é essencialmente comunitário. Se, por outro lado, ela apenas dá conta das relações heteronormatizadas e se apenas concebe as desigualdades entre pessoas cis, sem sair do binarismo homem-mulher, então ela não dá conta das complexidades do mundo em que vivemos, onde as práticas de cuidados se articulam, se organizam e significam coisas diferentes.

Nessa tentativa de levar os principais questionamentos dos feminismos ao campo dos cuidados, empreendemos o desafio de pensar o cuidado em chave decolonial, o que implica, em primeiro lugar, reconhecer a colonialidade do poder/saber e do gênero como padrão de dominação (LUGONES, 2008). Em segundo lugar, implica pensar historicamente, recuperando e revalorizando vozes, saberes e experiências afro-latino-americanas. Isso implica, por sua vez, desfazer conceitos básicos do próprio feminismo e fazer uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocêntricas, pois “Os temas, paradigmas, metodologias do academicismo tradicional (a chamada epistemologia) refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas os interesses específicos da sociedade branca” (KILOMBA, 2019, p. 54). Para as comunidades indígenas, as reivindicações sobre o cuidado não estão num plano individual, pois o cuidado sempre é comunitário e está ancorado a uma organização baseada em laços de reciprocidade e ajuda mútua.

Por fim, pensar em chave decolonial implica um feminismo não centrado na mulher, pois o mito de que existem coisas que são unicamente de mulher corresponde a uma ideia de branquitude, de pensar separadamente (LUGONES, 2008; LORD, 2020). Trata-se da proposta de des-normalizar o sistema hetero-cis-sexista e considerar as experiências das pessoas LGBTQIA+, pois elas nos permitem novas possibilidades de vida. Como nos disse Lord (2020, p. 57), temos que olhar para além de categorizações que nos restringem e romper com essa visão de homogeneidade imposta pela colonialidade, a qual se norteia pelo “exercício de submeter a outro”. Se o feminismo decolonial se propõe a construir outras narrativas, como o cuidado e o trabalho reprodutivo podem ser pensados a partir de outras epistemologias?

Considerações finais

No curso relatado neste texto, tentamos deixar em aberto estes e outros interrogantes, que trazem a ideia de comunidade para o centro do debate e ressaltam o papel da reprodução e dos cuidados na própria existência. No entanto, buscamos também fazer frente à atual e excessiva romantização a respeito das práticas de cuidado comunitárias, evitando cair no engodo de que mulheres, mães e cuidadoras de comunidades tradicionais não sofreriam, física e mentalmente, com as grandes responsabilidades do trabalho do cuidado. Tentamos assim, de forma veemente, fugir do feminismo branco liberal, que tem se apropriado de várias práticas

culturais e acaba por se tornar “uma ideologia cúmplice de novas formas de capitalismo e imperialismo” (VERGÈS, 2020, p. 99).

Portanto, procuramos – de maneira conjunta – levar a sério a categoria cuidado, desafiamos suas complexidades e ambiguidades, bem como apontamos suas riquezas e possibilidades.

Referências

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LORDE, Audre. Introdução. *In*: LORD, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 11-17.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-250.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa** [online], n. 9, p. 73-102, 2008.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar?: Falando no centro. Descolonizando o conhecimento. *In*: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**, 2019. p. 47-70.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 8-19, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

TRONTO, Joan. **Riesgo o cuidado?** Buenos Aires: Editora Fundación Medifé, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo Decolonial**. São Paulo: Editora UBU, 2020.

Teorias feministas contemporâneas: conceitos fundamentais

Beatriz Rodrigues Sanchez

1. Contextualização da importância do tema do curso

O curso descrito neste capítulo teve como objetivo apresentar e debater os principais conceitos formulados pelas teorias feministas contemporâneas. O conceito de gênero, concebido pela primeira vez na década de 1980, foi fundamental para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Apesar de sua importância histórica e política, ele recebeu diversas críticas e reformulações. Nesse sentido, conceitos como interseccionalidade, contrassexualidade, lugar de fala e amefricanidade surgiram, seja para ampliar o escopo do conceito de gênero ou até mesmo para refutá-lo.

Os feminismos não são um campo de saber homogêneo e nem as mulheres formam um grupo social coeso. Múltiplas identidades compõem o grupo social definido como “mulheres”. Tendo isso em vista, o curso objetivou apresentar os principais embates do campo feminista considerando sua pluralidade, a partir da perspectiva dos feminismos negros, decoloniais e *queer*. Ao final do curso, almejamos que as alunas fossem capazes de compreender a construção histórica dos principais conceitos que caracterizam o pensamento feminista contemporâneo.

A inspiração para o curso surgiu com o livro *Pensamento feminista contemporâneo: conceitos fundamentais*, publicado em 2019 pela editora Bazar do Tempo e organizado por Heloísa Buarque de Hollanda, importante referência para os feminismos no Brasil. Trata-se do primeiro livro de uma coleção da editora sobre teorias feministas, que reúne os principais debates contemporâneos dentro desse campo do conhecimento. Esse primeiro livro tem caráter introdutório e apresenta os principais conceitos das teorias feministas, objetivo coincidente com o do curso. Finalmente, os textos desse livro serviram de base para a construção do programa do curso.

2. Relato sobre a proposta do curso e sua realização, recepção das alunas e importância da experiência de difusão

O curso foi realizado em duas edições. A primeira ocorreu presencialmente, em julho de 2019. A segunda ocorreu em novembro de 2020 e, por conta da pandemia de coronavírus, aconteceu no formato totalmente virtual. Nas duas ocasiões, todas as vagas oferecidas foram esgotadas. Somando as duas edições, foram ofertadas 140 vagas no total. Além das alunas

inscritas e matriculadas, foram aceitas alunas ouvintes, as quais participaram do curso mesmo sem a possibilidade de emissão de certificado.

Na primeira edição, fizemos uma rodada de apresentação, na primeira aula do curso, em que todas as alunas falaram sobre o motivo que as tinha levado a se inscreverem e sobre sua trajetória. O perfil das alunas era majoritariamente feminino, de mulheres jovens no início da carreira acadêmica e com pesquisas relacionadas aos temas abordados no curso. O objetivo principal das alunas era aprofundar o conhecimento sobre as teorias feministas contemporâneas. Foi o primeiro curso que ministrei sozinha, então foi uma experiência de docência fundamental para a minha carreira. Fiquei ansiosa, pensando se conseguiria ter êxito na tarefa. Havia alunas inscritas que viajaram de suas cidades no interior do estado até São Paulo para realizar o curso, o que aumentava a minha responsabilidade. No entanto, pensar no planejamento e no conteúdo das aulas foram tarefas gratificantes e de profundo aprendizado. As aulas ocorreram de maneira leve, tranquila e afetuosa.

Já na segunda edição, o perfil das alunas foi mais diverso. Ainda majoritariamente feminino, mas de diversas faixas etárias e campos profissionais. Muitas professoras da rede pública participaram, por exemplo. De certa forma, a modalidade virtual democratizou o acesso ao curso. Outro aspecto importante desta modalidade foi poder contar com a participação de alunas de outras regiões do país e inclusive de outros países. Nossa turma foi composta por mulheres do interior de São Paulo, de Recife, Aracaju, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Feira de Santana, Brasília, Goiânia, Belém, Natal, Fortaleza e até Portugal e Argentina. As informações sobre o perfil da turma foram coletadas a partir da criação de um documento compartilhado, preenchido voluntariamente pelas alunas.

A segunda edição do curso também veio acompanhada de um desafio. Foi a minha primeira experiência em ministrar um curso totalmente *on-line*. Eu estava apreensiva, com receio dos percalços que encontraria por conta do uso da tecnologia. Além disso, eu imaginava que o contato presencial com as alunas faria muita diferença. No entanto, a experiência superou minhas expectativas. Foram quatro aulas de duas horas cada, totalizando oito horas de discussão sobre teorias feministas contemporâneas com bastante participação e entusiasmo das alunas. Mesmo de longe, senti todo o afeto envolvido nessa experiência. Como afirmam as teorias feministas, as emoções não estão separadas da razão e estiveram presentes ao longo do curso, inclusive com depoimentos pessoais das alunas. Aprendi muito com as nossas trocas e as diferentes perspectivas apresentadas. Como resultado, criamos um grupo de estudos sobre teorias feministas contemporâneas, o qual tem se reunido uma vez por mês desde então para continuar discutindo textos, em um processo contínuo de formação. .

3. Contribuição do curso no contexto contemporâneo

O contexto contemporâneo impõe uma série de desafios para os estudos de gênero e feminismos. O atual governo brasileiro (2019-) é um de seus principais opositores e, desde a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, foi anunciado o combate à suposta “ideologia de gênero”. Essa ideologia, grosso modo, seria uma criação de comunistas e feministas para destruir a família tradicional brasileira. O combate aos estudos feministas e de gênero não está apenas no discurso do governo. Está também no corte de verbas de pesquisa e na proibição de cursos sobre o tema. Por isso, a iniciativa da FFLCH de criar um projeto que ofereceu cursos de extensão para centenas de alunas de várias partes do país e de outros países sobre gêneros e feminismos tem relevância, não somente acadêmica, como também política. Contra o obscurantismo, o conhecimento.

Com relação especificamente ao curso “Teorias feministas contemporâneas: conceitos fundamentais”, os textos abordados defendem que as teorias feministas não são um tema ou um recorte específico. As teorias feministas têm implicações para todos os campos teóricos e políticos da sociedade, desde a cultura até a economia, passando por muitos outros aspectos. A contribuição dos feminismos, portanto, é de ordem global, e não localizada. Todos os temas podem ser analisados a partir de uma perspectiva feminista. Assim, um olhar feminista deveria estar presente nas análises sobre as questões urgentes da contemporaneidade.

Referência comentada

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 3, p. 704-719, 2005.

Gloria Anzaldúa, poeta e teórica chicana, é uma das pioneiras nas discussões sobre o colonialismo a partir de uma perspectiva feminina e antirracista, mesclando em seu texto prosa e poesia.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: CARNEIRO, Sueli. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

Sueli Carneiro, filósofa e referência dos movimentos feministas negros brasileiros, apresenta neste texto as especificidades das experiências das mulheres negras na América Latina e as suas implicações para a democracia e para a formulação de políticas públicas.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In: Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Seminário Maria de Lourdes Nascimento. São Paulo: CEBRAP, 2013. p. 01-35.

Patricia Hill Collins, socióloga estadunidense, é uma das referências centrais para o debate sobre interseccionalidade e para a crítica à suposta universalidade da categoria “mulheres”. Nesse texto, ela apresenta um debate muito interessante sobre cultura, política e o poder da autodefinição para as mulheres negras.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

A filósofa estadunidense Sandra Harding apresenta neste texto discussões fundamentais desde uma perspectiva da epistemologia feminista, questionando os cânones da ciência masculina.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. **Revista Mora**, v. 21, n. 2, p. 107-118, 2015.

Texto importante da filósofa italiana Teresa de Lauretis que faz um resumo e balanço dos estudos queer ao longo de 20 anos.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

María Lugones, teórica feminista argentina, é uma das principais referências para os feminismos de(s)coloniais.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

Paul Preciado, filósofo espanhol, deu seguimento às formulações de Butler, argumentando sobre o caráter socialmente construído não somente do gênero, mas também do sexo. No fim das contas, para ele, a distinção entre sexo e gênero não faz sentido, uma vez que o sexo também é discursivo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Cadernos de História** (UFPE), Recife, v. 11, n. 11, p. 9-39, 2016.

O texto da historiadora estadunidense Joan Scott é uma das principais referências para a definição do conceito de gênero, por isso foi escolhido como ponto de partida do curso. É um dos textos mais citados entre os estudos feministas.

Experiências no uso das noções de gênero e sexualidade como categorias de análise geográfica

**Ginneth Pulido Gomez
Vinicius Santos Almeida**

Introdução

A Geografia é uma ciência social que, até pouco tempo, não discutia gênero e sexualidade, em descompasso com outras áreas das Humanidades. No Brasil, pesquisas sobre o papel da mulher na produção do espaço surgiram nos anos 1980, mas é apenas no início dos anos 2000 que podemos visualizar um campo de estudos sobre gênero se consolidando. Essa entrada tardia e ainda subvalorizada da categoria de gênero na Geografia expõe um limite epistemológico em uma ciência que passou recentemente por uma renovação, na segunda metade do século XX, reafirmando sua relevância para a análise social. Desse modo, nomes como o de Doreen Massey (2008) e Gillian Rose (1993), nos Estados Unidos, inauguraram um espaço para transformação na disciplina que considerasse a categoria gênero. A apropriação de geógrafas feministas estrangeiras por pesquisadoras brasileiras forneceu novos aspectos para uma profunda transformação ainda em curso na Geografia brasileira.

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico. Apesar da multiplicidade de abordagens recentes sobre o conceito de espaço, uma característica comum é a de que ele é uma dimensão ativa da sociedade, não apenas um palco onde os fenômenos acontecem. Seria o mesmo que afirmar que a sociedade produz o espaço e o espaço produz a sociedade (SANTOS, 2012).

As geografias feministas propuseram debates epistemológicos que resultaram em novas teorias geográficas. Mas ainda há muito a ser construído, inclusive a conscientização de nossos pares de que gênero e sexualidade, bem como raça, não são apenas objetos de estudo, mas categorias transversais na análise geográfica. Em descompasso com outras ciências sociais, as perspectivas marxistas de classe social e trabalho ainda são consideradas mais importantes – às vezes as únicas – para analisar a sociedade e o espaço na Geografia Humana brasileira (SILVA, 2010).

Nesse sentido, buscamos abrir um espaço de discussão sobre essas novas perspectivas geográficas que surgem com análises transversais sobre gênero e sexualidade. Tendo em vista a atuação pioneira e a influência nacional e internacional de geógrafas e geógrafos nos estudos de intersecção entre espaço, gênero, sexualidade e raça desde o final do século XX (RIBEIRO, 1998; MATOS; RIBEIRO, 1995; SILVA, 2009; COSTA, 2010; SILVA; ORNAT; CHIMIN JR., 2013; SILVA, 2013; RATTS, 2014) e reconhecendo sua importância, nós nos propusemos a abrir um diálogo que incluísse referências não tão influentes na Geografia brasileira, visando a ampliação de abordagens epistemológicas e o fortalecimento desse campo de estudos.

No curso “Gênero e sexualidade nos estudos geográficos”, ministrado no projeto *Gênero e Feminismos* do Serviço de Cultura e Extensão da FFLCH-USP, indicamos, para todas as aulas,

uma leitura para discussão e alguns textos complementares. Nós trabalhamos com pesquisas de outros países da América Latina, em consonância com o nosso objetivo de apresentar múltiplas abordagens epistemológicas e metodológicas.

Propusemos cinco eixos temáticos de discussão, a fim de abrir o debate, nunca esgotá-lo. Foram eles: 1. apresentação e introdução das conceituações sobre corpo-território, lugar, território e espaço; 2. gênero e raça a partir de perspectivas de autoras transfeministas e feministas negras; 3. cartografia da violência direcionada para sexualidades dissidentes; 4. masculinidades e espaços do homem; e 5. geopolítica, relações internacionais e gênero.

No primeiro encontro, buscamos nos conhecer, sendo um grande desafio devido ao formato virtual, pois não tínhamos – e ainda não temos – formação específica para o exercício da docência a distância e para o uso de recursos *on-line*, uma necessidade no contexto da pandemia.

1. Relatos do curso

A primeira edição do curso aconteceu em 2019 no projeto de Cursos de Inverno da FFLCH. Em junho de 2020, reproduzimos o curso, mais compacto, no projeto “Círculos Geográficos”, realizado em formato *on-line* e vinculado ao Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA). Finalmente, em outubro de 2020, tivemos a oportunidade de realizar uma edição estendida do curso no projeto Gênero e Feminismos.

Em todas as edições, procuramos apresentar alguns tópicos comuns: introdução a categorias e conceitos da Geografia e de gênero, baseados no feminismo negro, no transfeminismo e na teoria *queer*; o uso da cartografia na investigação geográfica; masculinidades; e a interseção gênero, violência, contextos de guerra e conflitos armados.

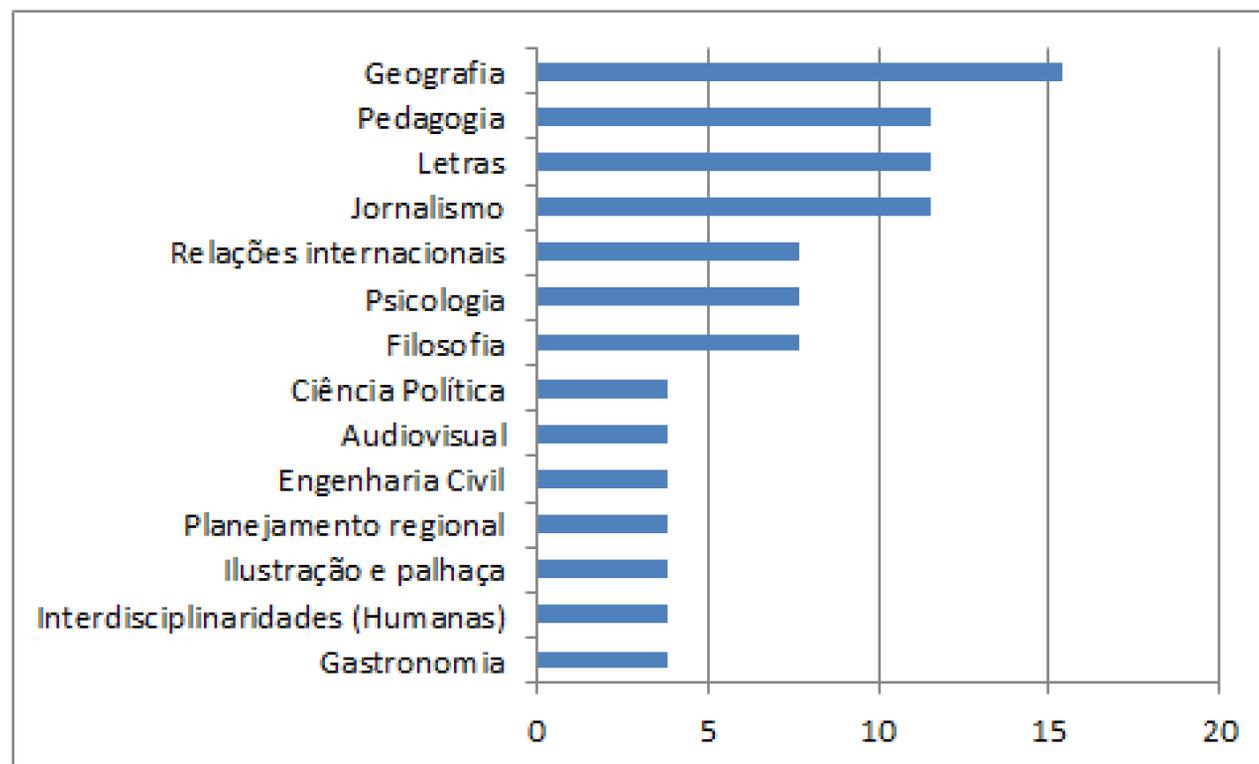
A cada edição, alteramos a bibliografia com novas leituras. Algumas delas foram feitas a partir de sugestões de alunes.¹⁶ A interseccionalidade entre gênero e raça foi uma demanda em sala de aula. Presente inicialmente nas leituras complementares, um texto de bell hooks (2018) sobre a temática se tornou leitura obrigatória no curso seguinte. Em outro, ele foi substituído por um novo texto que aprofundava o diálogo entre raça e teoria *queer* (FIGUEIREDO, 2020).

No que diz respeito ao perfil discente, podemos afirmar que nesta última edição ele foi bastante diverso. O Gráfico 1 apresenta a formação acadêmica de alunes do último curso, levantada a partir de um formulário de apresentação e uma memória escrita por cada pessoa ao final do curso. Essas atividades eram opcionais e cerca de metade des alunes o fizeram. Algumas

¹⁶ Usaremos linguagem neutra, na formatação proposta por grupos ativistas de gênero, quando o gênero de alguém não é explícito, quando nos referirmos a grupos heterogêneos ou a uma pessoa não-binária.

peças têm mais de uma formação (Geografia e Pedagogia, por exemplo), e consideramos, portanto, duas entradas no gráfico. A maior parte das áreas de formação está relacionada à educação (Geografia, Pedagogia, Letras e Filosofia).

Gráfico 1 – Áreas de formação de alunos no curso (em %)



Elaboração: Vinicius Santos Almeida e Ginneth Pulido Gomez.

O contexto de discussão em uma faculdade de Humanidades, no qual o curso estava inserido, pode ter influenciado a amplitude de perfis tão distintos. Essa ideia ganha força quando olhamos para o curso oferecido na URCA, como parte de um projeto no Departamento de Geociências, no qual todos eram/haviam sido discentes de graduação ou pós-graduação em Geografia.

Uma das justificativas de interesse pelo curso na FFLCH foi a possibilidade de exploração de novas áreas e conteúdos, bem como a atualização nas discussões sobre gênero. Um ponto positivo foi a receptividade à nossa proposta de pensar sobre novos horizontes para a Geografia. Reflexo de nossas pesquisas, nossa preocupação com a constante movimentação da ciência geográfica é o que nos motiva a oferecer esses cursos.

2. O gênero como categoria dentro da Geografia

Consideramos que analisar as relações de gênero e sexualidade no espaço é diferente de analisar o espaço a partir de relações de gênero e sexualidade. Dentro e fora da Geografia podemos definir objetos de estudo marcados por gênero e sexualidade e investigar suas

relações espaciais. Porém concerne à Geografia construir um saber sobre o espaço geográfico que seja fundamentalmente atravessado pelas categorias de gênero e sexualidade. Não vamos nos ater à definição de tais categorias porque elas são muitas e este não é o objetivo do texto, destacamos, no entanto, que elas são componentes imprescindíveis para a ampla compreensão do espaço geográfico e das dinâmicas sócio-políticas, ainda que com suas particularidades.

Contudo não pensamos de forma fechada. A construção de uma geografia que faça sentido para a sociedade hoje, incluindo as relações de gênero e raciais, precisa ser feita em diálogo com outras áreas do conhecimento. Sendo assim, uma disciplina que produz saberes sobre si, a partir de si e para si mesma não é capaz de explicar a multiplicidade das experiências individuais e coletivas dos seres humanos.

Destacamos duas noções que abordamos nos cursos e que consideramos relevantes para essa discussão. A primeira trata do conceito de corpo-território; a outra é o espaço cis-heteronormativo. Há diversas abordagens teóricas sobre o conceito de corpo-território e não detalharemos cada uma aqui. Apesar disso, mostra-se significativa a apropriação do corpo, individual e coletivamente, como escala de análise geográfica (MARCHESE, 2019). As inscrições objetivas e subjetivas que são feitas nos nossos corpos por experiências espaciais cotidianas produzem percepções, significados e identificações específicas de indivíduos e grupos.

Todavia o corpo e as inscrições do poder no corpo são objetos de estudo há muito tempo em perspectivas feministas decoloniais e latino-americanas. Em sua maior obra, a professora e poeta Gloria Anzaldúa (1987) aponta a necessidade de um feminismo de realidades corporais materiais. Passados mais de trinta anos, Giulia Marchese (2019) reforça a importância dessa perspectiva da corporalidade e o faz no campo da Geografia. Marchese enxerga o corpo como o meio pelo qual experienciamos o mundo e reproduzimos normas, dentre elas a linhagem patriarcal. A autora delimita um contraponto entre a abordagem do corpo no território para o corpo-território a partir da discussão sobre a violência de gênero: a violência não é resultado da localização e da ocupação de um território, mas uma das condições de existência próprias de corpos marcados por feminilidade em uma sociedade, onde o território também é mediador de relações de poder.

Território para Marchese é o espaço vivido e significado. Por isso, ela aponta para a violência como um dispositivo de criação de território dominado e “generizado”: “A centralidade de pensar em termos de corpo-território também se afirma no sentido de que o território assume características do corpo feminino, é feminizado no momento da conquista, ocupação, desapropriação, funcionalização” (MARCHESE, 2019, p. 34, tradução nossa)¹⁷.

17 O trecho original: “La centralidad del pensar en términos de cuerpo-territorio se afirma también en el sentido en que el territorio asume características del cuerpo femenino, es feminizado en el momento de la conquista, la ocupación, el despojo, la funcionalización”.

A discussão da autora está focada nos conflitos de terra no qual o corpo de mulheres é marcado como território ocupável e dominável, mas sua contribuição extrapola esse contexto e nos permite refletir sobre outras configurações espaciais, apreensíveis pelas categorias de região, lugar e paisagem, tanto em contextos rurais como urbanos. Assim, podemos superar o que Marchese (2019, p. 16) chama de abordagem “des-encarnada”, representada pelo espaço euclidiano, bidimensional, sem corpos – os territórios sem vida dos mapas geopolíticos clássicos. Mas não se trata apenas de reconhecer o corpo como escala de análise, porque ele é também território marcado por gênero, raça e relações de poder. Para isso, é preciso olhar para esse chamado corpo-território como consciente de si mesmo, de sua materialidade histórica, tridimensional, um território que se torna encarnado.

Rogério Haesbaert (2020), Sofia Zaragocin e Martina Caretta (2020) convidam à reflexão sobre os processos coloniais e a forma na qual deveríamos estabelecer um diálogo com aqueles corpos – sujeitos e que resistem às hierarquias de poder e exploração, dos corpos e da natureza. Questionam a permanência daquilo que Aníbal Quijano (2010, p. 101) chama de “colonialidade do poder”, “marcada por profunda herança escravista e patriarcal onde proliferam até hoje violências de classe, de raça e de gênero” (HAESBAERT, 2020, p. 76). Desse modo, a construção de um processo de análise que permita entender o corpo como um território em resistência e luta, evidencia que o resgate da terra, da natureza e a defesa da vida são feitos de forma contundente por organizações comunitárias de ampla incidência política, conformadas principalmente por indígenas e quilombolas, muitas delas mulheres, que problematizam a concepção de corpo-território como ferramenta de luta. “Corpo-território é um método feminista descolonial claramente geográfico ancorado na unidade ontológica dada entre corpos e territórios” (ZARAGOCIN; CARETTA, 2020).

Isso nos leva para a outra questão que gostaríamos de levantar: o espaço como uma construção cis-heteronormativa. Torna-se fundamental para uma análise de uma geografia encarnada entender que o espaço geográfico é mais do que um palco e que, em suas diferentes formas (território, lugar, região etc.), ele assume as normas sociais e as reproduz. Isso significa compreender o espaço como produto das relações normativas, mas também como produtor delas. Produto-produtor. Se espaço é sempre o espaço de uma sociedade, construído a partir dela e inexistente sem ela (SANTOS, 2012), ele também assume as formas organizadoras da sociedade, tais como o racismo, o binarismo sexual e de gênero e a heterossexualidade como afetividade e sexualidade supostamente normal (ou “mais normal”).

Finalmente, e ao longo das discussões, as reflexões sobre a produção androcêntrica do conhecimento e da ciência também foram contempladas. Ao adentrarmos nos processos históricos sobre como as ciências são concebidas, percebemos não apenas um número

reduzido ou quase nulo de mulheres, como também a reprodução, ainda hoje, desses padrões de reconhecimento ou destaque acadêmico. Discussões sobre isso mostram, além de uma exclusão deliberada de mulheres – e pessoas racializadas –, mecanismos que favorecem tais divisões. Virginia Woolf lembra em seu ensaio *Um teto todo seu* (1985), publicado pela primeira vez em 1929, como acontece a exclusão dentro dos ambientes acadêmicos e quais são as condições necessárias, muitas vezes inalcançáveis, para que as mulheres possam, de fato, entrar na produção acadêmica. Não podemos deixar de fora o fato de que pessoas em condições ainda mais “abjetas” aos olhos da sociedade patriarcal e embranquecida são também excluídas dos sistemas de educação e econômicos, o que gera e preserva hierarquias. Ao planejarmos uma aula, aparece impreterivelmente a necessidade de repensar as fontes de leitura e de saber, fazer os processos de aprendizado e reflexão mais plurais, inclusivos e coerentes com o nosso lugar no mundo.

Considerações finais

A violência marca os processos que vimos ao longo dos cursos. Não se trata de uma abordagem da violência baseada apenas na moralidade, mas uma que existe e é explicitada no processo de resgate da história de antepassados (SILVA, 2019), histórias não contadas e não hegemônicas, insignificantes para a manutenção da linhagem feminina, em prol do território-homem, e que marca a forma como corpos marginalizados (femininos, feminizados, afeminados, racializados, com deficiência, idosos, inférteis) constroem os sentidos de sua existência, a partir de experiências no território, construindo suas territorialidades. As violências exercidas de forma particular sobre os corpos, sobre comunidades e sobre a natureza são essenciais para a manutenção do *establishment* econômico e político, de forma geral.

A violência está presente nos estudos geográficos, especialmente na Geografia Política, mas é uma violência sem corporeidade, sem interseccionalidade (CRENSHAW, 1991) e sem agenciamentos (PUAR, 2013). Essa é uma demanda na nossa disciplina, mas não só nela. Pensamos em processos nos quais o corpo é um objeto de guerra, ao mesmo tempo em que é campo de batalha nas disputas (BARRETO, 2001) e nos conflitos armados da América Latina, do Oriente Médio e do Leste Europeu. Talvez isso explique o interesse de pessoas com diferentes formações e objetos de estudo no nosso curso. Certamente, como sugere Michel Foucault (1976) em entrevista a Yves Lacoste, a Geografia é mesmo muito relevante para entender o mundo hoje.

Geografia, gênero, sexualidade e violência são palavras-chave apropriadas para as nossas investigações de doutorado, Ginneth estudando conflitos armados na Colômbia e Vinicius olhando para as espacialidades dissidentes em São Paulo. Partilhamos esses termos e eles

nos unem (não apenas nós dois, mas todes envolvidos nos processos investigativos e nos espaços de discussões dos quais participamos) na produção de novos olhares para a Geografia Humana latino-americana. Continuamos.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: the new mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARRETO, Juanita. La apropiación de los cuerpos de las mujeres, una estrategia de guerra. *In*: BARRETO, Juanita. **En otras palabras**. Grupo Mujer y Sociedad, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, n. 9, p. 86-100, ago./dez. 2001.

COSTA, Benhur Pinós da. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 207-224, 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1716>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Califórnia, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. Questions à Michel Foucault sur la géographie. **Hérodote**, n. 1, p. 71-85, 1976. Disponível em: <https://www.herodote.org/spip.php?article3>. Acesso em: 29 mar. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, n. 48, v. 22, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 14 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>.

Hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. **Entre Diversidades. Revista de Ciencias Sociais e Humanidades**, v. 6, n. 2 (13), p. 9-41, 2019. Disponível em: <http://entrediversidades.unach.mx/index.php/entrediversidades/article/view/131>. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.V6.N2.2019.A01>

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: por uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 57-79, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4327>. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v15i1.4327>

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, p. 343-370, 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2171/0>. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v8i2.2171>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-117.

RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras. *In*: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. (org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014. v. 01, p. 333-354.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Prostituição de rua e turismo: a procura do prazer na cidade do Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, n. 3, p. 53-65, 1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48989>. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.1998.48989>

ROSE, Gillian. Progress in geography and gender. Or something else. **Progress in Human Geography**, n. 17, v. 4, p. 531-537, 1993. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/030913259301700407>. Acesso em: 28 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/030913259301700407>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Revista Espaço e Cultura UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3542/2464>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (org.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2013.

SILVA, Nathalia Vieira da. **Indigeneidade e Raciocínio Geográfico**: um exercício de reconexão ancestral a partir do corpo-território. 2019. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-18102019-155155/?&lang=br>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Susana Maria Veleda da. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 2, p. 6-17, 2013. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4224>. Acesso em: 28 fev. 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1985. (Publicado originalmente em 1929).

ZAGAROCIN, Sofia; CARETTA, Martina Angela. Cuerpo-Territorio: A Decolonial Feminist Geographical Method for the Study of Embodiment, **Annals of the American Association of Geographers**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1812370>. Acesso em: 1 abr. 2021.

Perspectivas sobre raça e gênero: mulheres escravizadas, libertas e livres pobres no Brasil do século XIX

**Caroline da Silva Mariano
Caroline Passarini Sousa
Giovana Puppim Tardivo
Lígya Esteves Sant'Anna de Souza
Marina Camilo Haack**

1. Contextualização e importância do curso

A ampla gama de perspectivas adotadas pelos estudos da escravidão brasileira é proporcional à complexidade do tema. Compreender os impactos sociais deixados por seus três séculos de vigência demanda, além de recortes cronológicos e territoriais, abordagens específicas. Demografia escrava, jurisdição sobre posse e liberdade, tráfico, modalidades de trabalho, agências, formas de resistência e formação familiar são alguns exemplos de tópicos que nortearam importantes trabalhos da área e possibilitaram uma melhor visualização da relevância da escravidão na configuração da sociedade brasileira. Relevância que perdura no período pós-abolição.

Antes à margem da historiografia tradicional, o recorte de gênero vem ganhando espaço nos estudos sobre escravidão nas últimas décadas. Ele permite identificar formas particulares de exploração de corpos femininos escravizados – definidos pela possibilidade de reprodução da mão de obra – e o desenvolvimento de estratégias próprias para sobreviver e resistir ao cativeiro. Um retorno aos pontos centrais da História da escravidão e da emancipação através da perspectiva do gênero nos permite posicionar a condição feminina não como um detalhe ou uma característica pontual de parte da população oprimida pela servidão, mas como um atributo central nas dinâmicas sociais e políticas concernentes à escravidão e à construção da cidadania.

Também é preponderante para este campo de estudo a consideração dos estratos pobres livres da população, os quais vivenciaram sistematicamente experiências que também exigiram elaboração de estratégias de sobrevivência. Em diversos territórios, a realidade material de mulheres livres e escravas foi muito semelhante, o que propiciou a formação de relações de convivência, solidariedade e disputa. Tendo isso em vista, a exploração desse cenário permite compreender a escravidão de maneira relacional ao universo social que a rodeava e que possibilitou a busca de alternativas para a conquista de autonomia. Ali, o papel exercido pelo gênero acaba por ser mais um fator de complexidade – e definidor de estratégias de sobrevivência – em conjunto com a raça e a classe.

Além disso, o curso relatado neste capítulo buscou destacar a centralidade das diferenciações sociais de raça, classe e gênero na configuração da sociedade brasileira, através da divulgação de pesquisas e metodologias que posicionam a mulher como ponto de partida para interpretar esse sistema de produção e seus desdobramentos durante as primeiras décadas do século XX.

2. Proposta e realização do curso

O curso “Perspectivas sobre raça e gênero: mulheres escravizadas, libertas e livres pobres no Brasil do século XIX”, ministrado entre os dias 22/10/2020 e 26/11/2020, teve como proposta central a difusão das principais questões que envolvem os estudos sobre escravidão e pós-abolição na perspectiva de gênero a um público amplo. Ainda que possua limites, o formato digital permitiu a participação de não residentes de São Paulo, de modo que a troca de conhecimentos sobre a heterogeneidade brasileira no século XIX e na atualidade enriqueceu o debate. O curso foi sistematizado para promover a divulgação científica dos estudos mais recentes sobre mulheres escravizadas, libertas, libertandas e livres pobres, tornando possível que tanto historiadores quanto o público não especializado pudessem se beneficiar dos conteúdos desenvolvidos nas aulas.

No que se refere aos tópicos propostos durante o curso, é importante ressaltar o diálogo constante com o presente: as ministrantes e os participantes frequentemente propuseram reflexões sobre as permanências e as rupturas do século XIX e início do XX em relação à atualidade. Um debate importante, e constantemente levantado, foi a problemática do trabalho doméstico, realizado prioritariamente por mulheres afrodescendentes, no passado e na contemporaneidade.

Como antecipado, o objetivo de difusão a partir do qual o curso foi organizado possibilitou a confluência de profissionais de diversas áreas, como da Assistência Social, Arquitetura, Antropologia e, sobretudo, professores da educação básica. No tocante à docência, foi possível constatar a importância da divulgação científica na área de História. Ainda que a lei de obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira (10.639/10) tenha sido um marco fundamental para o ensino e para a historiografia, ainda são incipientes as problematizações sobre a escravidão e o pós-abolição na sala de aula em uma perspectiva crítica e atualizada. Nesse sentido, o contato entre a pesquisa acadêmica e a prática docente é profícuo, principalmente quando nos referimos à dimensão de gênero.

As seis aulas, estruturadas por critério temporal, abordaram temas caros à historiografia que trata das experiências de mulheres escravizadas, libertas e livres pobres, como trabalho, maternidade, discursos literários e científicos e acesso à cidadania, sendo sistematizadas do seguinte modo:

1. “Escravidão, liberdade e gênero no século XIX”, ministrada em 22/10/2020. Na primeira aula do curso, haja vista o objetivo de difusão, julgamos necessário introduzir e/ou relembrar os conceitos centrais do campo de estudos da escravidão e do período pós-emancipação, fornecendo um panorama do contexto histórico do século XIX e início do XX. No princípio,

foram elucidadas as especificidades da escravidão feminina e a dupla exploração de mulheres escravizadas enquanto produtoras e reprodutoras neste sistema. Esta esfera, traduzida no princípio do *partus sequitur ventrem*, teve importância basilar para a perpetuação da escravidão nas Américas. Outro aspecto tratado pelas ministrantes foi o caminho para a emancipação no Brasil, enfatizando as alforrias, a legislação emancipacionista e o abolicionismo. Do mesmo modo, foram explicitadas a permanência das hierarquias raciais, interseccionadas ao gênero e à classe, na conjuntura da pós-abolição, através do conceito de livres pobres.

2. “Representações sobre a mulher negra escravizada: história e literatura”, ministrada por Caroline Passarini no dia 29/10/2020. A segunda aula do curso teve como objetivo discutir representações estereotipadas sobre mulheres negras – livres, escravizadas, libertas, libertandas, africanas, nascidas no Brasil, etc. – nos campos da história e da literatura. Para isso, apresentamos um quadro geral das linhas de pesquisa mais recentes que têm se voltado para o papel do gênero, e principalmente da mulher escravizada, na escravidão. Isso porque conhecer as particularidades da escravidão feminina e a forma como o sistema escravista interferiu em diferentes esferas da vida das mulheres (relações afetivas, família, maternidade, sexualidade, trabalho, violência, liberdade) mostra-se fundamental para a compreensão da centralidade do gênero e da raça na escravidão e no período pós-abolição. Em conjunto, as representações presentes em estudos clássicos da história e da literatura brasileira foram contrapostas com as críticas e autorrepresentações de intelectuais negras sobre as questões em debate.

3. “Trabalho: as ocupações desempenhadas por mulheres escravizadas”, ministrada por Marina Haack no dia 05/11/2020. Nesta aula foram abordadas questões relativas à exploração do trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres escravizadas. Apresentamos as diferenças do trabalho desempenhado em propriedades urbanas e rurais, fossem elas pequenas, médias ou grandes, de modo que as experiências daquelas mulheres foram impactadas, também, pelo contexto local em que viviam. Através do trabalho era possível construir redes de solidariedade e apoio, agências para a busca da liberdade ou de sobrevivência para si e os seus, mas também podiam as colocar em situações de extrema vulnerabilidade, violência e estresse. As amas de leite foram mulheres que tiveram a exploração de seu trabalho condicionada à gestação e nascimento de seus próprios filhos, os quais seriam privados dos cuidados maternos em detrimento do bebê para o qual a ama fosse designada a cuidar. Estas mulheres foram retratadas como símbolo de uma pretensa harmonia na escravidão brasileira, uma vez que amas de leite foram empregadas – e exploradas – extensivamente no Brasil do século XIX. Esta também foi uma aula em que o trabalho doméstico teve atenção especial, gerando debates que problematizaram o passado e o presente.

4. “Mulheres escravizadas em busca da alforria: luta jurídica e sentidos da liberdade”, ministrada por Giovana Tardivo em 12/11/2020. Nesta aula, discutiu-se a presença de mulheres escravizadas no ambiente jurídico, quando buscavam suas liberdades judiciais. Essas mulheres se apossaram, cada vez mais no correr das décadas, das leis emancipacionistas e da crescente empatia social pela causa escrava para denunciarem seus senhores e o cativeiro ilegal em que viviam. Não sendo raras as vezes que alcançavam suas liberdades jurídicas, essas mulheres enfrentavam novos desafios na vida em liberdade para consolidarem suas autonomias, o direito à maternidade e o direito a seus corpos. Desse modo, com apoio bibliográfico e de fontes primárias, o objetivo dessa aula foi discutir os meios jurídicos que essas mulheres utilizavam para exigir suas liberdades, ressaltando sua agência em afrontar o poder senhorial e assumir os caminhos de suas vidas.

5. “Os diferentes discursos científicos sobre mulheres brancas e negras no século XIX: corpo, maternidade e higiene”, ministrada por Caroline Mariano no dia 19/11/2020. Nesta aula foram contrapostas as visões científicas construídas no século XIX que trataram das mulheres brancas e negras, objetivando refletir sobre suas implicações na prática social. Se, no que se refere às mulheres brancas, os discursos buscaram associá-las ao papel de esposa, mãe e dona de casa, as quais deveriam conceber e instruir os futuros cidadãos da pátria civilizada que se pretendia construir, sobre as mulheres negras recaíram imagens deletérias de uma suposta sexualidade desenfreada e uma incapacidade de desempenhar o papel da “mãe extremosa”. Nesse sentido, o principal eixo de debate para os “homens de ciência” que se debruçaram sobre a temática feminina foram as amas de leite: a partir de meados do período oitocentista, tem espaço uma campanha da medicina para que mulheres brancas assumam a amamentação dos filhos. Apoiados no pressuposto de que a partir do aleitamento se transmitiriam doenças físicas e morais, para os médicos, a ama de leite afrodescendente seria nociva, já que inocularia nas crianças brancas vícios, moléstias e degeneração moral.

6. “‘Crianças perigosas’: a infância feminina pobre e o processo de escolarização na virada do século XX”, ministrada por Lígya Esteves no dia 26/10/2020. A última aula do curso apresentou um panorama sobre a condição da infância pobre brasileira na virada do século XIX para o XX, sob a perspectiva da racialização das relações sociais, que toma maiores proporções com a eliminação das condições jurídicas associadas à escravidão (escravo, liberto, livre, ingênuo) em 1888. Foram apresentadas as evoluções cronológica e qualitativa dos sistemas de escolarização e acolhimento de vulneráveis ao longo do século XIX, buscando pontuar assimetrias enfrentadas pelas crianças de acordo com a cor da pele e o gênero biológico. Estigmas sobre os modos de vida das classes pobres acabaram por condicionar o comportamento do Estado para com famílias desfavorecidas e sua prole: era necessário combater costumes “degenerados” para que futuros cidadãos – as crianças perigosas – não reproduzissem hábitos nocivos aos ideais

de uma nação moderna, higiênica e, principalmente, branca. Assim, a figura da mulher assume papel fundamental na construção do Brasil republicano: a partir do espaço doméstico, seriam elas as responsáveis pela manutenção material e moral da célula primordial da nação, a família. Nesta perspectiva, diferentes papéis são designados para brancas e afrodescendentes, e buscou-se educá-las para tal.

3. Contribuição do curso para os tópicos gênero e feminismo

Como pesquisadoras da área de História e Gênero, mais especificamente escravidão e pós-abolição, os aportes teóricos relacionados às teorias feministas se fazem presentes em nossos estudos e são indispensáveis. Por conseguinte, pensar o referido período a partir da perspectiva de gênero modificou e ampliou de maneira substancial a forma como víamos a experiência de mulheres no passado, de modo a nos permitir compreender que não apenas a exploração era distinta para aquelas, mas que a base do sistema escravista era alicerçada nestas diferenças em sua manutenção, bem como em seu declínio. Porém, como dito, esta leitura só foi possível pela aproximação da História com as teorias feministas e os estudos de gênero.

Muitas teóricas feministas têm suas produções marcadas pela experiência na atuação política e social, como pesquisadoras, essa dimensão não foge de suas análises e permite um olhar aprofundado sobre o tema de pesquisa. É o caso da interseccionalidade – aporte que permite perceber como as relações e estruturas de poder foram constituídas em nossa sociedade –, que nasce no pensamento feminista negro e sua luta contra desigualdades que atingiam de forma diferente mulheres de condições distintas. Neste curso, pudemos ter contato com mulheres que atuavam em diferentes campos e como sua experiência de gênero estava condicionada a outros marcadores, como raça, classe, idade, origem, região e etc., a partir desta observação própria, o debate com frequência chegava no tempo presente.

Uma das alunas do curso nos apontou o que consideramos uma contribuição: ela nos disse que a partir da perspectiva histórica utilizada para pensar o papel do gênero e da raça no passado, era possível se municiar de argumentos nos debates da atualidade que questionavam a importância dos movimentos feministas e negros na denúncia e combate das desigualdades e violências do presente. Sendo assim, pensamos que, enquanto historiadoras e pesquisadoras que tiveram sua formação em instituições públicas e programas como o ProUni, ao promover cursos deste tipo de forma gratuita, cumprimos o dever social de nossa profissão, que é difundir o conhecimento produzido na academia para o público não especializado, mas interessado.

Acreditamos que esses debates e o conhecimento produzido pela História, com base no gênero e nas teorias feministas, podem contribuir para os demais setores sociais e políticos que atuam na superação e no combate às desigualdades.

Bibliografia comentada

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, filhos venturosos:** trabalho, pobreza, escravidão e emancipação no cotidiano de São Paulo (século XIX). São Paulo: Alameda, 2020.

Nas décadas finais da escravidão e no pós-abolição, a maternidade de mulheres depauperadas, sobretudo afrodescendentes, é constantemente contestada frente aos modelos da “maternidade científica”. Nesse sentido, Marília Ariza trata dos mecanismos pelos quais estas mulheres eram frequentemente qualificadas como tutoras inadequadas para seus filhos pelas instituições do Estado, encaminhando-os aos cuidados de terceiros que, muitas vezes, utilizavam os serviços dos menores.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

Neste livro, resultado da pesquisa de doutorado da autora, evidenciou-se a atuação de mulheres escravizadas nas cidades de Havana e Rio de Janeiro, observando tanto os contextos de emancipação das décadas finais da escravidão em ambos espaços, como as leis do Ventre de Livre de cada lugar. A obra se destaca por demonstrar como o gênero esteve no centro dos debates de manutenção e abolição do sistema escravista, no qual a luta das mulheres para a proteção de seus filhos teve papel fundamental.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

Neste livro – um dos precursores na temática das relações de gênero no Brasil e publicado pela primeira vez em 1984 –, Maria Odila Leite da Silva Dias aborda a experiência de pequenas proprietárias da cidade de São Paulo da primeira metade do século XIX e suas escravizadas em um cotidiano pautado pela pobreza e pelo imprevisto.

GRINBERG, Keila. **Liberata:** a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

Nesta obra, a autora buscou a atuação de escravizados – sobretudo as mulheres e seus filhos – no judiciário na busca por liberdade; para isso teve como principal fonte as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. A autora constatou que, além de ser um campo em disputa, foi através da reivindicação na instância jurídica que escravizados alargaram e reforçaram os usos e sentidos das leis, como a do Ventre Livre.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Lilia Schwarcz se debruça sobre o processo de emergência da ciência enquanto expediente de explicação para a vida social em finais do século XIX e início do século XX, bem como o surgimento de instituições científicas no Brasil. Neste processo de sistematização de um projeto de modernização para a nação, a historiadora aponta que a raça possuiu dimensão central: no contexto de fim da escravidão e de universalização jurídica da cidadania, critérios raciais pautados no discurso científico vão atualizar as hierarquias da sociedade.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Este dicionário é uma das principais produções sobre escravidão e liberdade dos últimos anos, pois apresenta um compilado de verbetes com temas primordiais do campo, abarcando ainda questões como maternidade, corpo e gênero dentro das experiências de escravização, o que torna a obra indispensável dentro das novas abordagens deste campo de estudos.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A tese investiga as experiências e trajetórias de vida de mulheres africanas e crioulas escravizadas que viveram a gravidez, o parto e a amamentação das crianças senhoriais e de seus próprios filhos na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. O trabalho busca compreender as vivências das africanas e afro-brasileiras com relação à autonomia sexual, à gravidez e aos partos, sobre as práticas de amamentação e cuidado de seus bebês e crianças pequenas escravas, libertas e ingênuas, em conjunto com as visões de mundo, sociabilidades e as estratégias mobilizadas diante das dificuldades e restrições colocadas pelo convívio próximo com seus senhores, seus projetos e suas demandas de trabalho.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

O livro é fruto da consolidação dos estudos sobre a escravidão no Brasil e reforça uma tendência observada na historiografia brasileira desde a década de 1980. Inova por sua proposta de tratar da vida das mulheres negras, ao que se soma, de forma enriquecedora, a diversidade temporal, espacial e temática das abordagens que vão muito além da fixação limitadora do binômio senhor/a-escravo/a. O fio condutor são as experiências de mulheres negras, escravizadas e forras, africanas ou afro-brasileiras, que emergem a partir de suas identidades e funções como mães, criadas, amas de leite, prostitutas, quitandeiras, proprietárias de escravos, esposas...

Leituras sociológicas sobre representação política feminina na América Latina

**Camila Carolina Hildebrand Galetti
Jéssica Mayara de Melo Rivetti
Vanilda Souza Chaves**

1. Contextualização da importância do tema

Nos últimos anos na América Latina, pudemos vislumbrar a efervescência de governos atrelados ao espectro da extrema-direita e com posturas reacionárias. Amparados principalmente no combate da agenda feminista e de gênero de forma geral, tal conjuntura tem sido marcada pelo fenômeno de ascensão de mulheres nas arenas de participação feminina, alinhadas com o discurso da extrema-direita e muitas flertando com um antifeminismo. Nesse sentido, o interesse e a relevância do curso apresentado neste capítulo surgem da inquietação em compreender quais fatores convergiram para que, após tantas lutas travadas por organizações de mulheres e reivindicações por maior representatividade na esfera pública, o aumento de parlamentares mulheres esteja atrelado a grupos que rejeitam ou desvalorizam uma agenda feminista.

Para que fosse possível construir uma interpretação sobre como isso se consolida, é necessário trazer o contexto global sobre a ascensão do ultraconservadorismo, o qual deslegitima movimentos sociais e pautas identitárias. Tal realidade tem como fruto indivíduos submersos numa lógica antifeminista, atrelada à negação de questões que visam a equidade de gênero via organizações feministas, bem como a ampliação da agenda feminina na esfera política.

Com isso, partimos do pressuposto de que esse novo contexto reúne atores e atrizes com perfis ideológicos variados, porém a máquina estatal tem sido assumida na América Latina pela extrema-direita e isso tem impactado diretamente a representatividade feminina. Sendo assim, a proposta de uma leitura sociológica sobre a representação política feminina torna-se crucial para a compreensão do tempo presente e para as novas formas de se fazer política no que tange às mulheres.

Entendendo que tal realidade é permeada por complexidade, afinal, a ascensão neoconservadora e o impacto desta na agenda política está em curso, optamos por focar na atuação de mulheres no Brasil, no que tange o número de parlamentares eleitas na 56ª legislatura (2018), pois essa eleição foi marcada pelo aumento da representatividade feminina para 15%. Durante muitos anos, tal representatividade ficou estacionada na porcentagem de 9%, o que configura uma ínfima atuação política.

Os motivos que possibilitaram essa realidade foram um dos fios condutores das discussões proporcionadas pelo curso Leituras sociológicas, para que fosse apresentado o quanto a dicotomia privado *versus* público se evidencia na estrutura social e impacta a participação das mulheres na política, não somente na América Latina, mas também a nível global, cada qual com suas especificidades. Compreender as dificuldades da inserção feminina no espaço

público é de extrema relevância para entendermos como se dá as dinâmicas entre os indivíduos em sociedade e, no objeto evidenciado aqui, como se configuram as disputas de narrativas na política.

2. Relato da proposta do curso e da dinâmica em geral

O curso foi dividido em três momentos distintos, sendo o primeiro, com o respaldo da teoria bourdieusiana para a compreensão das dinâmicas dos campos, um enfoque nas especificidades do campo do poder e suas disputas. Interessou-nos verificar como ocorre a formação de determinado agente político, o qual independentemente de seu sexo e gênero precisa adquirir e incorporar determinadas credenciais legítimas e legitimadas – pelo campo e seus pares – para acessar e permanecer nesse espaço. Pretendeu-se observar, por meio das análises dos capitais (cultural, econômico e social) de agentes reconhecidos, como as trajetórias de sucesso escolar e político se confluem, e cujo recorte de gênero pode aparecer enquanto uma resposta ao campo. Lançou-se, por fim, uma reflexão sobre os limites e as potencialidades do conceito de capital erótico, desenhado por Catherine Hakim (2012) para pensar nos desdobramentos da violência simbólica no âmbito das elites políticas latino-americanas.

O segundo momento destinou-se a esboçar um panorama histórico e social através da apresentação de dados obtidos na pesquisa “Cotas de gênero, representação feminina e políticas de defesa dos direitos das mulheres na América Latina”, realizado no PGPP/UFABC, com financiamento da FAPESP. Nesse momento, partindo do questionamento dos motivos pelos quais as mulheres são tão poucas na política formal, tentou-se identificar os principais obstáculos para a entrada e permanência de mulheres nesses espaços. Ademais, foi apresentada uma reflexão sobre como dezoito países latino-americanos, entre os anos de 1990 e 2018, lidaram com a lei de cotas e de paridade de gênero para incentivar a participação de mulheres na política, observando as disputas em torno dessas políticas de defesa dos direitos das mulheres e a eficácia da legislação de cotas.

Já no terceiro momento, após perpassar por duas abordagens bastante distintas sobre a representação política, analisou-se a ascensão da extrema-direita no continente, tendo como chave a relação dos afetos com a política. Alguns autores como Espinosa, Freud e Adorno têm sido retomados para se pensar o processo de formação de identidades coletivas e sua corporificação em diversas emoções, como: o desamparo, o ódio, o medo, a angústia, a aversão, a esperança, a insegurança, a raiva e o ressentimento. Tal contexto marca uma fortificação dos governos de extrema-direita, cujos pilares de sustentação encontram-se na

moralidade, na antidemocracia, nos desmontes da solidariedade social e orientam-se por lógicas neofascistas, neoconservadoras, racistas e masculinistas. Tendo isso em vista, focamos a discussão sobre os agentes políticos que negam as lutas travadas por movimentos feministas na contemporaneidade, de modo que a tônica da discussão foi como se evidencia esse contexto na atuação dos movimentos feministas no parlamento.

Entrelaçar afetos, política e mulheres não é uma tarefa fácil, pois na sociologia não há uma discussão consolidada sobre essa tríade. A partir das discussões realizadas por Vladimir Safatle (2016), partimos do pressuposto de que a sociedade em seu nível mais fundamental é um circuito de afetos e isso nos permite compreender tanto a natureza de comportamentos sociais quanto a incidência de regressões políticas. Além disso, o fato de o corpo político ser um espaço onde afetos são produzidos não o isenta de ser também um produto de afeições, conforme foi explorado neste curso. Objetivamos balizar quais afeições têm sido criadas e consolidadas no tocante à representação feminina na política, haja vista que o mesmo se expressa no atual contexto da América Latina.

Esse mosaico de leituras sociológicas desde os mais variados prismas – como o da pesquisa empírica, o bourdieusiano e o da teoria crítica – sobre um mesmo objeto em comum, buscou fomentar debates respaldados por uma visão ampla sobre como se pode interpretar o acesso, a participação e a representação política feminina no âmbito das disputas eleitorais.

3. Contribuição do tema e do curso nas questões de gênero e feminismos

O curso contribuiu para evidenciar como ocorre a participação das mulheres na política, enfatizando que este não é um fenômeno recente, mas fruto de uma série de disputas históricas por legitimidade. Desse modo, enquanto o campo político é um espaço permeado por conflitos e disputas de poder, ele é também monopólio de grupos específicos, de uma elite política, que encontraram legitimidade de atuação. Em razão do Estado democrático, estes também encontraram resistência de outros grupos de agentes que podem possuir agendas divergentes. Esse processo de reprodução das elites dirigentes, apresentando razoavelmente o mesmo perfil (masculino, branco e heteronormativo), faz com que as casas legislativas, em especial, a Câmara dos Deputados, sejam pouco ou nada representativas dos corpos que compõem a sociedade, pela baixa diversidade étnico-racial e de gênero.

As aulas também auxiliaram na reflexão sobre as dinâmicas políticas recentes, como as disputas de narrativas e gramáticas políticas, as reações conservadoras ao avanço dos feminismos e a disseminação de *fake news*, como também sobre a disputa das mulheres por espaços na política institucional, passando por temas como a discussão sobre cotas políticas de gênero e raciais e a violência política, simbólica e de gênero.

Houve uma grande participação das/os inscrites/as nos debates propostos ao trazerem distintas problemáticas, experiências e perspectivas do tema. Além do mais, em razão da amplitude propiciada pela modalidade virtual, contou-se com um público heterogêneo e de diversas regiões do Brasil e outros países, além de diversas áreas de conhecimento, o que certamente acalorou ainda mais as trocas de saberes e fez com que o curso fosse exitoso em sua proposta. Para quem tiver interesse em aprofundar a leitura na temática do curso, sugerimos os seguintes textos que podem ser encontrados facilmente em formato *on-line* ou físico.

Referências

As dinâmicas do campo do poder e o capital erótico:

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

HAKIM, Catherine. O que é o capital erótico? *In*: HAKIM, Catherine. **Capital erótico**. Rio de Janeiro: Best Business, 2012. p. 17-41.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Um panorama sobre a representação política:

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.** [online], n. 24, p. 193-215, 2005.

MOREIRA, Natália de Paula; BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. **BIB**, São Paulo, n. 79, p. 38-56, 1º sem. 2015.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26.1, p. 1-10, 2019.

Afetos, Neoliberalismo e Antifeminismo:

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Editora Politéia, 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate:** uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos:** corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica, 2016.

Arte, gênero e história na América Latina

Ana Beatriz Mauá Nunes
Eustáquio Ornelas Cota Jr.
Júlia Glaciela da Silva Oliveira
Giovanna Pezzuol Mazza
Marcela Boni Evangelista
Thaís Mendes Moura Carneiro

Introdução

As correntes feministas no campo político e teórico, efervescentes a partir dos anos 1960, postularam críticas radicais ao sistema artístico, afirmando que este era um espaço de criação e reprodução de desigualdades materiais e simbólicas de gênero. Diante desse diagnóstico, historiadoras e críticas de arte empenharam-se em compreender a ausência das mulheres no cânone artístico, desvendando as origens e os modos de exclusão operantes até então, ao mesmo tempo que propuseram a redefinição de paradigmas teórico-intelectuais.

No mesmo período, houve uma reorganização nessa esfera, caracterizada pelo surgimento de novos espaços de criação e circulação de arte: galerias, oficinas culturais e ateliês, os quais foram canais importantes de incorporação de mulheres no mundo das artes.

A crítica aos campos artísticos hegemônicos também foi postulada por artistas e pensadoras latino-americanas. Essas mulheres, localizadas nas “margens” do capitalismo ocidental, distantes dos polos europeus e estadunidenses de produção artística, empenharam-se em desvendar as possíveis particularidades de uma arte característica do continente. Temas como autonomia, subordinação, nacionalidade e internacionalismo foram abordados por essas figuras, empenhadas em pensar a posição das artistas e da arte produzida na América Latina.

Perante este panorama, constatou-se como as artistas sofriam uma dupla invisibilização: primeiro, por serem mulheres; segundo, por pertencerem a países entendidos como periféricos. Apesar desses obstáculos, desafiaram limites materiais e simbólicos, ora negociando sua inserção no mundo das artes ao estreitar diálogos com espaços canônicos de criação e circulação, ora distanciando-se deles e imprimindo em suas práticas novas linguagens artísticas, profundamente renovadoras e de grande potencial crítico.

Assim sendo, o curso teve por objetivo explorar a conexão entre arte, gênero e história para além dos cânones, tendo por foco a América Latina. Partindo do período de fins do século XIX até os anos 1970 do século XX, buscou-se discutir os meios que mulheres enquadradas nas categorias de artista e intelectual relacionaram-se com o seu próprio fazer profissional.

Acompanhando as discussões acerca da arte feminista latino-americana, o curso pretendeu oferecer de maneira introdutória as abordagens teóricas sobre gênero e feminismo do ponto de vista das relações Sul-Sul. Portanto, ao estabelecer diálogos entre pesquisadoras e intelectuais que se afastam dos centros hegemônicos, buscou-se ampliar o debate sobre teorias de caráter pós-colonial e decolonial.

Nesse sentido, a valorização de uma mudança de perspectiva e das experiências de mulheres latino-americanas perpassa seus registros pessoais, compondo importantes relatos

de escritas de si. Podemos ainda indicar, dentre esse tipo de elaboração documental, aquele produzido por meio da realização de entrevistas com metodologias como as da história oral.

A partir de uma perspectiva introdutória dos temas abordados, este curso esteve amparado nas discussões de caráter teórico-metodológico da História das Relações de Gênero, História Social da Arte e da Cultura na América Latina e nas “escritas de si”.

Além disso, teve o intuito de explorar as contribuições das chamadas *escritas de si* para o campo da história das relações de gênero, da história da arte e história social de modo mais amplo. A utilização dos escritos autobiográficos – como cartas, diários e autobiografias – ampliou a possibilidade de investigação da trajetória de mulheres, sobretudo de artistas e intelectuais. Nessa direção, sucedeu-se a abordagem da produção documental gerada a partir da relação intersubjetiva de entrevistas de história oral, com ênfase em iniciativas que resultaram em escritos em primeira pessoa.

Breve relato sobre a proposta e a realização do curso

A proposta do curso, oriunda de uma perspectiva introdutória e interdisciplinar, teve como objetivo central refletir sobre as possíveis relações entre arte, gênero e história na América Latina, no período compreendido entre o final do século XIX até aproximadamente a década de 1970. Para isso, foram realizados cinco encontros semanais, em formato remoto, com duas horas de duração cada, entre o dia 19 de outubro de 2020 e o dia 23 de novembro de 2020, totalizando 10 horas. Além disso, em cada encontro abordou-se um tema, derivado das pesquisas realizadas pelas/os ministrantes no âmbito acadêmico, em que os aportes teórico-metodológicos da História das Relações de Gênero, História Social da Arte e das Escritas de si foram fundamentais para a construção do curso.

No primeiro encontro, foi realizada uma conversa introdutória sobre o curso, na qual foram discutidas premissas teórico-metodológicas orientadoras, bem como conceitos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, como gênero, identidade, arte latino-americana e escritas de si. Ademais, foram apresentadas brevemente as trajetórias das/os ministrantes do curso e os principais grupos de estudo e laboratórios em que as nossas pesquisas são desenvolvidas, como o GRUPEGH (Grupo de Pesquisa em Gênero e História) e o LEHA (Laboratório de Estudos de História das Américas), ambos localizados na Universidade de São Paulo. Destacou-se também o papel fundamental da coordenadora do curso, a Profa. Dra. Stella Maris Scatenna Franco, na articulação e orientação dos temas a serem trabalhados.

O segundo encontro, ministrado por Marcela Boni Evangelista e Thaís Mendes Moura Carneiro, teve como foco trabalhar algumas contribuições historiográficas, como as escritas de si e a história oral, para se pensar as trajetórias de mulheres na história. Para isso, foram discutidos escritos autobiográficos – como cartas, diários e autobiografias, além de entrevistas e escritas em primeira pessoa. Destacou-se também trechos dos escritos da viajante colombiana Soledad Acosta de Samper (séc. XIX) e textos de autores como Michelle Perrot, María Lugones e Amílcar Torrão Filho, indicados na bibliografia.

O terceiro encontro, ministrado por Eustáquio Ornelas e Giovanna Mazza, teve como principal objetivo refletir sobre as produções de mulheres artistas e intelectuais na América Latina, ao longo do século XX. Para isso, destacou-se os trabalhos e as trajetórias da escultora boliviana Marina Nuñez del Prado e da intelectual e crítica de arte Marta Traba. Além disso, problematizou-se a construção da ideia de arte latino-americana e a questão das invisibilidades na história da arte tradicional. Privilegiou-se também a análise dos textos de Cecilia Fajardo-Hill e Andrea Giunta sobre as mulheres artistas na arte latino-americana.

No quarto encontro, ministrado por Ana Beatriz Mauá e Júlia Oliveira, trabalhou-se a relação entre arte e ativismos políticos na discussão sobre questões de gênero. Destacou-se algumas manifestações embrionárias sobre o assunto, como os trabalhos de Marcel Duchamp, na primeira metade do século XX, e ainda artistas como a chilena Lotty Rosenfeld e coletivos de arte feministas existentes nas décadas de 1970 e 1980, como o *Mujeres Creando*, na Bolívia. Além disso, discutiram-se textos como de Griselda Pollock e Monica Mayer.

Por fim, no quinto e último encontro, todas/os participantes foram convidadas/os a trazerem algumas referências de artistas que dialogassem com uma das temáticas trabalhadas no curso. Obras da artista Rosana Paulino, por exemplo, foram recorrentes, o que gerou uma discussão interessante sobre as intersecções entre memória, negritude e feminismo. Com isso, construiu-se um amplo mosaico de referências artísticas, gerando trocas e diálogos profícuos sobre questões debatidas ao longo do curso.

De igual modo, o curso permitiu debates sobre o impacto do conceito de gênero e do engajamento feminista no campo da arte. De um lado, debateu-se como o entrecruzamento entre militância feminista e teoria de gênero questionou o estatuto da arte e a ausência das mulheres nesse campo. Essas questões suscitaram importantes reflexões e conhecimentos sobre a experiência das mulheres nas artes, e como as demandas de gênero foram absorvidas por diferentes artistas desse campo que, nem sempre, tinham um discurso feminista. De outro, problematizou-se como o próprio fazer artístico tornou-se uma ferramenta política na América Latina, por meio da ação de coletivos feministas de *artivismos*, que por meio de performances e intervenções artísticas buscam discutir as distintas pautas do movimento, a exemplo da

violência de gênero, da descriminalização do aborto e da socialização do trabalho doméstico. Assim, em nosso entendimento, ainda que o contexto de pandemia tenha criado certos desafios para as atividades de difusão, o oferecimento do curso a distância possibilitou que pessoas não residentes na cidade de São Paulo participassem das atividades e pudessem discutir as imbricações entre arte, feminismo e gênero dentro das especificidades políticas, sociais e culturais da América Latina.

Vale mencionar o esforço de disponibilizar aos alunos tanto os textos que seriam discutidos em cada encontro, como as referências de bibliografia complementar, caso os participantes desejassem aprofundar seu conhecimento sobre as temáticas ali abordadas. Enfim, o retorno do curso foi muito satisfatório, tendo se manifestado através das inscrições, dos trabalhos entregues para a avaliação e também de alguns depoimentos dados durante as aulas. Por exemplo, uma das participantes disse ter levado uma das obras trabalhadas em aula para o seu trabalho de professora no ensino público. Aliás, a grande diversidade do público participante, com diferentes formações, bem como o número de ministrantes, tornou a experiência do curso ainda mais rica e marcante. Ainda que alguns dos alunos não se sentissem confortáveis para ligar as câmeras, participavam das aulas através do *chat* ou por *e-mail*. O oferecimento do curso a distância permitiu que alunos do Brasil inteiro, com áreas de formação diferentes e objetivos variados participassem. Para alguns, seria o primeiro contato com o tema. Para outros alunos, que já desenvolviam pesquisa sobre temáticas correlatas, foi uma oportunidade de aprofundar reflexões e estabelecer diálogos com outros pesquisadores.

Referências

ARCQ, Tere; FORT, Ilene Susan; GEIS, Terri. **In Wonderland: The Surrealist Adventures of Women Artists in Mexico and the United States**. Los Angeles: Prestel Publishing, 2012.

ARCQ, Tere; VAN RAAY, Stefan. **Leonora Carrington: Cuentos mágicos**. Cidade do México: Museo del Palacio de Bellas Artes, Museo de Arte Moderno, 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. **Revista de História**, n. 153, p. 251-282, 2º sem. 2005.

COTA JR., Eustáquio Ornelas. **A formação da coleção latino-americana do MOMA: arte, cultura e política (1931-1943)**. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

CORDERO REIMAN, Karen. Aparições corporais/além das aparências: mulheres e o discurso do corpo na arte mexicana, 1960-1985. *In*: FAJARDO-HILL, Cecilia; GIUNTA, Andrea (org.). [catálogo] **Mulheres radicais: arte latino-americana (1960-1985)**. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2018.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). **Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

FAJARDO-HILL, Cecilia; GIUNTA, Andrea (org.). [catálogo] **Mulheres radicais: arte latino-americana (1960-1985)**. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2018.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. *In*: VILLAÇA, Mariana M.; PRADO, Maria Ligia C. (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015. p. 36-51.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina. **Cad. Pagu**, n. 50, e175016, 28 set. 2017.

GIUNTA, Andrea. Archivos. Políticas del conocimiento en el arte de América Latina. Errata. **Revista de Artes Visuales**, v. 1, p. 20-37, 2010.

GIUNTA, Andrea. **Vanguardia, internacionalismo y politica: arte argentino en los años sesenta**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

GIUNTA, Andrea. **Feminismo y arte latino-americano: historias de artistas que emanciparon el cuerpo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2018.

GIUNTA, Andrea; FLAHERTY, George F. **Latin-American Art History: An historiographic turn**. *Art In translation*, 2017. vol. 9.

GOMES, Ângela de Castro. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOTTA, Romilda Costa. **Práticas e representações de si: os escritos autobiográficos da mexicana Antonieta Rivas Mercado e da brasileira Patrícia Galvão**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MOLLOY, Sylvia. **Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América Hispânica**. Chapecó: Argos, 2003.

NOCHLIN, Linda. Why have there been no great women in the arts? **ARTnews**, p. 22, 1971.

Sobre “poder ver” e “tornar visível”: gênero, raça, corpo e visualidades científicas

Larissa Nadai
Marília Ariza

Introdução

O curso de extensão “Sobre ‘poder ver’ e ‘tornar visível’: gênero, raça, corpo e visualidades científicas” fez parte da edição 2020 do evento *Gênero e Feminismos* da FFLCH¹⁸. Seu objetivo foi apresentar e debater perspectivas teóricas, analíticas e etnográficas acerca de técnicas e dispositivos de visão que buscam, a um só tempo, conhecer e perscrutar corpos e suas marcas de sexo, gênero, classe e raça.

À luz dos desafios apresentados pela complexidade dos temas abordados e pelas barreiras da língua, uma vez que parte importante da bibliografia encontra-se em língua inglesa, o curso pretendeu mediar o acesso a tais temáticas e às leituras a elas atinentes, de modo a torná-las disponíveis a um grupo extensivo de interessados, ampliando as fronteiras de nossa comunidade acadêmica. Ocupou-se, igualmente, de fomentar o encontro dessa bibliografia de referência internacional com a rica produção de pesquisadores latino-americanos, destacadamente brasileiros.

Assim como nos demais cursos que compuseram o evento, as aulas foram realizadas em sessões virtuais, abertas a um público extenso e diverso composto de membros de movimentos sociais vinculados a questões de gênero, sexualidade e raça, pesquisadores da área com e sem vínculos formais com universidades e instituições de pesquisa, além de interessados em geral atraídos pela relevância pública dos assuntos tratados.

Dos corpos aos dispositivos científicos de visão: apresentando a bibliografia do curso

O curso foi dividido em seis seções, concebidas de modo a iluminar, cada qual, uma das muitas dimensões possíveis do debate em torno dos sentidos, políticas e suportes de visualidade e sua relação com a emergência de saberes científicos fundados na inspeção e intervenção visualmente orientadas de corpos generificados e racializados.

Iniciamos o curso debatendo, a partir de texto de Monique Sicard (2006), a “persistência da visão” e do “olhar” como técnica de produção de conhecimento, bem como o lugar das “imagens” como objeto de investigação. Partindo da compreensão de que tecnologias e aparelhos de visão – gravuras, fotografias, radiografias, imagens digitais – orientam a construção de “modos de ver” e governam a produção de saberes sobre o mundo, a autora examina qualidades de

18 O curso de extensão esteve sob os cuidados da professora Dra. Laura Moutinho, a quem agradecemos a confiança e todo o cuidado durante o processo de inscrição.

neutralidade e isenção habitualmente atribuídas a imagens científicas. Para tanto, tensiona os limites aparentemente estanques entre arte, percebida como território da subjetividade e da ficção, e ciência, entendida como domínio da realidade concreta e objetiva – limites esses somente instituídos no contexto de ascensão do Iluminismo e da apropriação de saberes técnicos pela racionalidade capitalista instalada com a Revolução Industrial.

Já com Donna Haraway (1989), investigamos a ideia de que a história da ciência nada mais é do que a “história dos meios técnicos e sociais” utilizados para produzir “fatos” – entendidos como “tipos de histórias” que exigem tecnologias e ferramentas físicas específicas, mas também tradições interpretativas e relações sociais particulares. Uma vez desafiado o princípio do “olho imparcial da ciência objetiva”, torna-se necessário investir esforços em mostrá-lo como “uma poderosa ficção ideológica que esconde (é projetada para esconder) o modo como os poderosos discursos das ciências naturais realmente funcionam”. A crítica da autora orienta-se, portanto, à “persistência da visão” e de “narrativas visualizadoras” que tomam a natureza como um “objeto de desejo intelectual e erótico”, tornando o mundo “matéria do poder seminal do conhecedor” (HARAWAY, 1989, p. 35).

As reflexões de Lilia Moritz Schwarcz (2014) encerraram a sessão questionando o lugar das imagens na produção de conhecimento das ciências sociais. Habitualmente subalternizadas à primazia das fontes escritas, as imagens devem ser encaradas como instâncias de produção e representação da realidade que, por estarem em permanente circulação, engendram a formação de imaginários, práticas sociais, sistemas de valores e culturas políticas. Nessas condições, propõe Schwarcz, também as imagens precisam ser “lidas” à luz das tradições de representação que presidem sua produção, das condições sociais e contexto histórico de sua elaboração, das agências de seus produtores e observadores e, no limite, de sua capacidade de, em conjunto, refletir sobre si mesmas.

Feito este preâmbulo teórico, passamos à história de violação do corpo de Saartjie ou Sarah Bartmann, conhecida pela alcunha de “Vênus Hotentote”, alusiva à racialização e hiper sexualização a que a mesma foi submetida¹⁹. Partimos do texto de Zoe Strother (2001), que reconstitui a história das representações visuais dos khoikhoi – grupo étnico de Sarah Bartmann – desde princípios da ocupação colonial no século XVI até a repatriação dos restos mortais de Saartjie à sua terra natal, em 2002. Segundo Strother, a conversão de Baartman em representação definitiva de “Vênus Negra”, antes e após sua morte, foi a culminação de um longo processo de generificação e racialização da suposta inferioridade dos khoikhoi, a qual servia de justificativa ao empreendimento imperial holandês e, mais tarde, britânico. A “bestialidade” dos

19 Uma síntese da complexa biografia de Baartman e de importantes análises sobre o caso foi feita a partir da leitura do artigo de Maria Cristina Citelli (2001).

então chamados hotentotes encontraria codificação visual e ampla divulgação justamente na animalização e sexualização do corpo de Sara Baartman, exposto em publicações, gravuras, *freak shows* e exposições etnográficas – o qual, apropriado pela ciência, seria despersonalizado e transformado em tipo racial.

Em diálogo com as reflexões de Anne Fausto-Sterling (1995), examinamos a trajetória científica daqueles que se projetaram intelectualmente a partir do escrutínio do corpo de Bartmann. A autora lança luz à produção científica de Georges Cuvier, Henri Blainville e Geoffroy Saint-Hilaire, bem como aos projetos zoológicos e de história natural por eles realizados junto ao Museu de História Natural de Paris – cujo acervo incluía mamíferos, múmias e a própria Sarah Baartman. No coração de sua análise estão as estreitas relações entre a expansão colonial e o desenvolvimento científico do período, tal como as ansiedades e os medos destes cientistas que, no limite, revelam paradigmas sociais e científicos de uma época.

A terceira aula tratou das conexões entre arte e estética, raça e ciência. David Bindman (2001) explora os estudos anatômicos que, surgidos a partir da metade do século XVIII, embasaram o posterior desenvolvimento de teorias raciais. Tais estudos empregavam padrões artísticos de representação do corpo humano fundados em apreensões religiosas e filosóficas das relações entre natureza e criação, as quais reconheciam na beleza a linha divisória entre humanos e mundo natural. Machado e Brito (2020), por sua vez, apresentam os desdobramentos dos vínculos entre arte e ciência em estudos raciais concebidos a partir de observações feitas por esses naturalistas europeus em viagem ao Império do Brasil. Recuperando obras de dois expoentes do pensamento racista naquele século, as autoras demonstram que estudos anatômicos e fotográficos da população escravizada e liberta, africana e mestiça, sobretudo feminina, buscaram retratá-la em sua suposta inferioridade racial – tendo, como parâmetro superior, não corpos de homens e mulheres brancos europeus, mas padrões de representação consagrados pela arte clássica e neoclássica.

Num espectro oposto e em estreito diálogo com pesquisas do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (Numas) da USP, Marcella Betti, Marisol Marini e Pedro Lopes (2018) reportam-se ao mercado de moda *plus size* da cidade de São Paulo e às instituições e saberes relacionados a transtornos alimentares como bulimia e anorexia. Os autores demonstram a articulação de camadas de discursos biomédicos e valores estético-morais a ideais de beleza, saúde e vida saudável que materializam a norma social no corpo, assim politizando marcas como gordura corporal e magreza excessiva. É, também, em profunda conexão com o campo visual da publicidade que encerramos essa aula com a reflexão de Anne McClintock (2010), sobre propagandas de sabão produzidas no exato momento da popularização deste artefato na Inglaterra, durante a Era Vitoriana. O texto apresenta diversas imagens publicitárias cujo

mote era exatamente pensar o sabão como um tipo de produto investido dos poderes mágicos de fetiche, capaz de mediar a “poética vitoriana da higiene racial e do progresso imperial”, e também de veicular lógicas de domesticação e domesticidade imperialistas para as quais o apagamento das mulheres é paradigmático.

Na quarta aula, direcionamos nossa atenção a práticas ginecológicas e sua relação com processos de racialização do corpo feminino. Tratando do México das últimas décadas do século XIX, Olívia Lopez Sanchez (1998) sublinha o fato de que a visualidade foi determinante para a medicina em desenvolvimento no período. As práticas como auscultar, tocar e apalpar, guiadas pela observação foram incorporadas pela clínica ginecológica que passava, então, a descrever os corpos femininos como “máquinas de parir” doentias e desprovidas de subjetividades, e os médicos, como seus “mecânicos” – aqueles que, munidos de ferramentas e saberes exclusivos, tinham autoridade científica discricionária sobre tais corpos, especialmente os negativamente racializados e empobrecidos.

Num outro espectro desse debate, Terri Kapsalis (1997) lança luz às cirurgias reparadoras da região genital, conduzidas por James Marion Sims junto ao corpo de mulheres escravizadas portadoras de um tipo de dolorosa “fístula vesico-vaginal”. Segundo Kapsalis, por meio dessas intervenções e de aparelhos como o espécuro, criado pelo médico, Sims ganharia fama como o “pai da ginecologia moderna” americana e como o “arquiteto das vaginas”, e teria constituído “um modo de olhar” para o qual a linguagem da conquista e da invasão seria um imperativo. A autora relaciona tais cirurgias reparadoras, empregadas para aumentar as capacidades reprodutivas de mulheres escravizadas, ao Norplant – forma de esterilização temporária com uso de implante anticoncepcional, destinada a impedir que certas populações se reproduzam de modo “desordenado” nos EUA dos anos 1990. A comparação estabelece um *continuum* entre novas e velhas práticas que tomam o corpo feminino negro como “campo de teste”.

Na quinta aula do curso, buscamos outros olhares para articulações entre gênero, sexualidade, raça e prática médica e científica. Assim, partimos do artigo de Carlos Figari (2006) que analisa cruzamentos entre comportamento homoerótico, crime, doença e anormalidade em escritos médicos e jurídicos produzidos entre 1870 e 1940 no Brasil. Antes vinculado à prostituição e a problemas de higiene, o homoerotismo passa a ser apresentado nesses escritos como um objeto de estudo e intervenção da psiquiatria e da endocrinologia. Analisando fotografias retiradas da obra de Leonídio Ribeiro (1936), Figari demonstra como marcas físicas tornaram-se critérios de patologização dos sujeitos, embasando novas classificações médico-científicas que, em diálogo com noções mais ou menos lombrosianas que circulavam pelo país, tomavam as “inversões sexuais” como “perversão” e expressão de “degeneração”.

Já Schiebinger (2000) historiciza a busca das ciências anatômicas pela especificidade feminina. Perseguida desde a antiguidade clássica e antes subsumida a dimensões aparentes, como a genitália, a sexuação dos corpos femininos ganhou nova densidade entre os séculos XVIII e XIX, sendo projetada para o interior dos corpos – ossos, músculos, veias – explorados pela anatomia comparada. Reportando-se ao contexto de ascensão da racionalidade liberal e iluminista, a autora enfatiza os significados políticos inscritos no enquadramento científico de corpos com vistas à preservação de hierarquias sociais então colocadas em xeque. A diferenciação sexual e racial, nesse sentido, discriminava lugares e papéis sociais distintos para sujeitos diversos – de que resultava, inclusive, a exclusão de mulheres dos espaços de produção de saber científico feito sobre seus corpos.

Em estreita conexão com esses debates, Laura Moutinho (2004) e Ann Laura Stoler (2002) trazem outras perspectivas acerca do entrelaçamento de raça e sexualidade. Nas análises de Moutinho, as expressões literárias servem de urdidura para pensar gênero, cor, raça e nacionalidade como categorias relacionais e relacionadas. Neste caso, a peça de Nelson Rodrigues, *Anjo Negro* (1947), e o romance de J. M. Coetzee, *Desonra* (1999), são fio condutor para pensar como relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais condensam imaginários nacionais em torno de “etiquetas raciais”, transitando entre ideias de “mistura” e “separação”. Stoler, por seu turno, investe esforços em mostrar como o íntimo e a intimidade – as práticas de concubinato, as práticas domésticas e de higiene, o cuidado aos filhos e as políticas de caridade destinadas a crianças mestiças – foram *loci* decisivos de governança colonial, desnudando tensões do império, elas mesmas alimentadas pelo entrecruzamento entre gênero e raça.

Finalmente, a sexta e última aula retomou os fios teórico-analíticos que teceram, com diferentes exemplos, a premissa de que certos sistemas visuais são forjados de modo a desvelar, penetrar e invadir os corpos. Retomando a aula inaugural, o artigo de Donna Haraway (1995) debate a objetividade científica como uma estratégia científica para falar-se de tudo, sem se localizar em lugar algum, forjando tecnologias “visualizadoras infinitas, diretas, devorativas, generativas e irrestritas” que conformam aquilo que a antropóloga nomeia como “truque de Deus”. Pensando a visão como sistema sensorial e corporificado, Haraway cunha a noção de saberes localizados – correspondente a uma objetividade feminista. Propõe, assim, pensar o conhecimento localizado como modo de fazer ciência que seja responsável tanto pelo que “promete” quanto pelos “monstros destrutivos” que forja. De um lado, sua proposição implica não tomar o objeto do conhecimento como uma tela, um terreno, um recurso, mas, sim, como um ator e um agente, uma entidade ativa; de outro, exige que se redimensionem explicações científicas, entendendo-as não como “descobertas”, mas como forma de relação social, uma “conversa carregada de poder” que institui corpos e significados.

Encerrando o percurso de reflexões propostas, Ludmila Jordanova (1989) investiga os usos do corpo feminino pela medicina ocidental como poderoso objeto de simbolização. Jordanova coloca em perspectiva histórica o interesse coletivo pelo desbravamento da “natureza feminina”, e as éticas que presidiram políticas de observação e exposição destes corpos no curso do desenvolvimento da medicina moderna. Revela, assim, o enraizamento desses saberes em ambiguidades e fantasias sexuais que produziram corpos diversamente sexuados e generificados. Antes domínio privado e exclusivo daqueles que poderiam intervir na intimidade dos corpos, a medicina moderna avançou sobre o governo do mundo público, mobilizando, para tanto, metáforas, representações e prescrições intimamente atreladas a atributos de gênero.

Articulações entre ciência, gênero, raça e visualidades: contribuições do curso aos diálogos sobre gênero e feminismos

O percurso analítico descrito partiu da afirmação de que não há explicações científicas sobre corpos, bem como máquinas ou formas de ver, que não sejam “mediadas” por “possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (HARAWAY, 1995, p. 22). Orientadas pela provocação ética e política de Haraway (1995, p. 25), que questiona “com o sangue de quem foram feitos os [nossos] olhos?”, procuramos desmontar a ideia de ciência como “câmaras escuras passivas”, saberes neutros que meramente veem e traduzem o corpo, suas anatomias e conformações. A fim de destrinchar tais “sistemas visuais”, buscamos, a partir dos textos e das seções que compõem o curso, estimular os/as alunos/as a perceberem como modos de escrutínio e de fazer ciência são profundamente localizáveis e corporificados – ainda que não se pensem assim.

Propusemos, com base nas leituras indicadas, que tal modo de conhecer liga-se a uma longa tradição científica que estimula seus membros a irem além das aparências, tornando o desvelamento do interior dos corpos metáfora e prática (JORDANOVA, 1989). Adentrar e perscrutar certos corpos por meio da visão, nesse sentido, exige de cientistas, médicos, anatomistas, biólogos e naturalistas outra habilidade: a de remover todo e qualquer impedimento àquilo que deve ser visto.

Neste percurso, evitamos visões simplificadoras privilegiando textos que não equacionam gênero a mulher, nem reificam relações de gênero ao compreendê-las a partir de polos cristalizados, nos quais mulheres e homens ocupam lugares estanques e preestabelecidos

de oprimidos e opressores. Investimos, portanto, em análises filiadas a matrizes teóricas que contestam a apreensão do sexo como dado estável da natureza que condiciona, sem medições, classificações e construções de gênero (BUTLER, 1993; LAQUEUR, 2001; FAUSTO-STERLING, 2001).

Além disso, a literatura e os debates propostos demonstraram que as práticas de escrutínio discutidas articulam diferentes eixos e experiências de diferenciação social – raça, classe, sexualidade, gênero, geração e nação. Como apontam os trabalhos de importantes teóricas feministas (SCOTT, 1995; CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006; DAVIS, 2009; COLLINS, 2016; PISCITELLI, 2008; MOUTINHO, 2014), tais experiências não são “reinos distintos e isolados”, ao contrário, “existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modo contraditório e em conflito” (McCLINTOCK, 2010, p. 19).

O curso esforçou-se, por fim, em contribuir tanto para o campo dos estudos de gênero quanto às mais urgentes agendas feministas – para as quais a ciência é, certamente, um importante campo de luta e contestação. As questões abordadas, embora não sejam propriamente novas, têm ainda hoje uma fundamental importância para a construção de olhares e atitudes críticas diante de práticas contemporâneas de materialização e intervenção de corpos, chanceladas por saberes científicos, bem como para o reconhecimento de desigualdades estruturais, tão explícitas em tempos pandêmicos, entre aqueles que podem “fazer ciência”, a despeito dos cuidados domésticos e familiares, e os que são seu objeto (PIMENTA, 2020).

Bibliografia

BETTI, Marcella; MARINI, Marisol; LOPES, Pedro. Os pesos da saúde e da beleza: experiências que desafiam as categorias médicas de corpo ideal. *In*: SAGGESSE, Gustavo Santa Roza *et alli*. **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018. p. 207-226.

BINDMAN, David. The Skull's Triumph. *In*: BINDMAN, David. **Ape to Apollo: Aesthetics and the Idea of Race in the 18th Century**. Reaktion Books, 2001.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, 1993.

CITELLI, Maria Cristina. As desmedidas da Vênus Negra: gênero e raça na história da ciência. **Novos Estudos**, n. 61, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FAUSTO-STERLING, Anne. Gender, Race and Nation: The Comparative Anatomy of Honttentot Women in Europe 1815-1817. *In*: TERRY, Jeniffer; URLA Jacqueline (org.). **Deviant Bodies: Critical Perspectives on Difference in Science and Popular Culture**. Indiana: Indiana University Press, 1995.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, 2002.

FIGARI, Carlos Eduardo. Escritos en el cuerpo: Higienismo y construcción médica de la homosexualidad en el Brasil Republicano (1889-1940). **Antípoda**, n. 3, 2006.

HARAWAY, Donna. Introduction: The persistence of vision. *In*: HARAWAY, Donna. **Primate Vision: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science**. New York and London: Routledge, 1989.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.

JORDANOVA, Ludmilla. Medical images of the female body. *In*: JORDANOVA, Ludmilla. **Sexual Visions: Images of Gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth-Centuries**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

KAPSALIS, Terri. The Performance of Pelvics. *In*: KAPSALIS, Terri. **Public Privates: Performing Gynecology from both Ends of the Speculum**. Durham and London: Duke University Press, 1997.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana. Dois naturalistas em busca de um deus grego: raça e estética nas viagens de Hermann Burmeister e Louis Agassiz no Brasil. *In*: GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia. **Corpo, doenças e saúde: escravidão e pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020 (prelo).

McCLINTOCK, Anne. O império do sabão: racismo mercantil e propaganda imperial. *In*: McClintock, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MOUTINHO, Laura. "Raça", sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 23, 2004.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, 2014.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras – Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, 2020.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

RIBEIRO, Leonídio. O problema médico-legal do homo-sexualismo. **Arquivos de Medicina Legal e Identificação**, 1936 [encarte de fotografias].

SANCHEZ, Olivia Lopez. La ciencia médica dirigida a las mujeres. *In*: SANCHEZ, Olivia Lopez. **Enfermas, mentirosas y temperamentales**: La concepción médica el cuerpo femenino durante la segunda mitad del siglo XIX en México. México: CEAPAC, 1998.

SCHIEBINGER, Londa. Skeletons in the Closet: The First Illustrations of the Female Skeleton in Eighteenth-Century Anatomy. *In*: SCHIEBINGER, Londa. **Feminism and the Body**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e os belos naturais. **Sociol. Antropol.** [online], v. 4, n. 2, p. 391-431, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, 1995.

SICARD, Monique. Preâmbulo e o convite mediológico. *In*: SICARD, Monique. **A fábrica do olhar**: imagens de ciência e aparelhos de visão (séculos XV-XX). Lisboa: Edições 70, 2006.

STOLER, Ann Laura. Carnal Knowledge And Imperial Power: Gender And Morality In The Making Race. *In*: STOLER, Ann Laura. **Carnal Knowledge and Imperial Power**: Race And The Intimate In Colonial Rule. Los Angeles: University Of California Press, 2002.

STROTHER, Zoe S. Display of the Body Hottentot. *In*: LINDFORS, Bernth. (org.). **Africans on Stage**: Studies in Ethnological Show Business. Indiana University Press, 2001.

O conceito de gênero sob três perspectivas filosóficas

Carolina B. Antoniazzi
Lis Macêdo de Barros
Melissa Tami Otsuka

Introdução

O curso “O conceito de gênero sob três perspectivas filosóficas”, que deu origem a este texto, foi pensado para oferecer um meio de adentrar o debate sobre o conceito de gênero. Entendendo que esse conceito perpassa todos os autores e pesquisas das ministrantes, decidimos elaborar um curso introdutório sobre esse campo de discussão. Certamente, o conceito de gênero não está estabilizado dentre os autores que pensam filosoficamente, pois encontra-se em disputa. Em partes, também foi sobre tal disputa que o curso pretendeu firmar-se. Assim, de início, compreendemos que jamais esgotaríamos o que já foi e o que ainda é dito sobre o conceito de gênero, de modo que propusemos, introdutoriamente, três perspectivas filosóficas possíveis para abordar esse debate, bem como de que maneira o conceito de gênero é considerado no campo da Filosofia. Isso significa também encontrar as dificuldades que cercam as teorias feministas e as autoras e autores que abordam tal assunto.

Para ministrar o curso, reunimos o que perpassava, de certa forma, todas nossas pesquisas. Considerando que as três idealizadoras desenvolvem pesquisa de mestrado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), buscamos expandir e tornar acessível o material com que lidamos todos os dias. Pelo próprio caráter da pesquisa filosófica, somado à dificuldade de se falar de gênero, escolhemos elaborar o curso de modo a fornecer as ferramentas e os textos necessários para que se possa conhecer as autoras e os autores pertinentes.

Dessa forma, apesar do curto período de horas-aula, nosso intuito era indicar por quais caminhos é possível pensar no conceito de gênero – o que foi realizado de acordo com as pesquisas em andamento de cada ministrante. Em linhas gerais, Carolina B. Antoniazzi pesquisa subjetividades e opressão de gênero a partir do corpo gestante em Iris Young; Lis Macedo de Barros, a interconexão do conceito de capitalismo contemporâneo em Preciado e Guattari, ressaltando a importância da fabricação da subjetividade sexual nesse capitalismo; e Melissa Tami Otsuka, a filosofia de Simone de Beauvoir, sobretudo o papel da dialética hegeliana em *O segundo sexo* (1949).

Em relação à ordem das aulas, quisemos propositalmente não ordená-las em relação ao tempo de publicação das obras, justamente por haver certo intercâmbio de conhecimento entre as autoras e os autores estudados, e constante movimento no que se refere ao assunto abordado. Certamente, o curso foi posicionado dentro de seu tempo histórico e das possibilidades de oferecimento de aulas a distância. Contudo, notando a carência de oferecer disciplinas com autoras mulheres, temas que sejam contemporâneos, além de debates feministas, pensamos num conceito central para todo e qualquer debate atual: o conceito de gênero. O curso foi dividido da forma que será apresentada a seguir.

A primeira aula teve como objetivo apresentar a filosofia existencial de Simone de Beauvoir. *O segundo sexo* (1949) é considerado um marco na história do pensamento feminista, e da Filosofia enquanto tal, pois ali a mulher é tratada como um problema filosófico, algo que impulsionou os estudos de gênero na contemporaneidade. Entretanto, os textos prévios à publicação de *O segundo sexo* (1949), mesmo que não tenham como objeto de investigação a situação da mulher, demonstram o interesse da filósofa em pensar como ocorre a constituição do sujeito, na ambiguidade de ser livre ao mesmo tempo que situado em condições determinadas. Tendo tais questões em mente, três obras da autora foram abordadas: *Pirro e Cineas* (1945), *Moral da ambiguidade* (1946) e *O segundo sexo* (1949). O percurso filosófico de Beauvoir nos auxilia a compreender seu interesse pelos estudos que pautam, dentre outras questões, o problema da existência, das possibilidades e dos obstáculos à transcendência do sujeito, à liberdade, à ação e aos projetos no mundo – elementos que tomarão corpo em *O segundo sexo*, obra que analisa a situação dos sujeitos e a experiência vivida pela mulher enquanto *Outro*.

Na segunda aula partiu-se da premissa de que o gênero é um conceito e, portanto, um território delimitado de análise, mas, também, devido às máquinas técnicas da psiquiatria, da endocrinologia e das cirurgias mais recentes, algo passível de uma abordagem conceitual por parte das feministas brancas pró-Estado, sem que se leve em conta as consequências disso. Tratou-se de mostrar que há aí a possibilidade de uma ruptura da *episteme* sexual moderna, pautada pelo dimorfismo, o que abre campo para um estrato plástico do gênero. Assim, para abordar o conceito de tal modo, esta aula foi calcada na obra de Paul B. Preciado.

Ademais, considerando a querela em que o conceito de gênero se inseriu nos últimos debates feministas, principalmente após as demandas de algumas feministas avessas a uma abordagem crítica do dimorfismo e mesmo da heteronormatividade compulsória, a terceira aula abordou porque é ainda necessário discutir esse conceito. Como base, utilizou-se o texto de Iris Young sobre gênero e serialidade, no qual a filósofa faz uma releitura do existencialismo francês, âmbito em que Beauvoir escreveu *O segundo sexo*, a fim de justificar a pertinência de tal conceito para o exercício de uma crítica social consequente com demandas trazidas pelas lutas feministas contemporâneas.

Portanto, apesar de haver certa cronologia em relação às obras e aos debates, a ideia era justamente entender que a linearidade não era uma premissa, uma vez que o conceito pode ser reformulado ou que determinada obra pode ser recepcionada de maneiras diversas. Ao analisarmos mais detidamente sobre o que cada aula tratou, aprofundaremos a escolha de cada bibliografia. Toda a bibliografia foi disponibilizada aos alunos por meio de um serviço *on-line* de armazenamento em nuvem, de modo que todos pudessem acompanhar as leituras de cada aula.

1. A filosofia existencial de Simone de Beauvoir

O existencialismo quer evitar ao ser humano as decepções e os aborrecimentos prolongados que o culto dos falsos ídolos envolve; quer convencê-lo a existir autenticamente e afirma o valor desse conseguimento. Uma tal filosofia pode recusar corajosamente as consolações da mentira e as resignações: ela confia nos seres humanos. (BEAUVOIR, 1953, p. 42).

O termo *gênero* é cunhado anos após a publicação de *O segundo sexo* (1949), por John Money e por Gayle Rubin²⁰, apenas depois, de certa forma, torna-se um jargão comum entre pesquisadoras e intelectuais. No entanto, é preciso considerar que, embora Simone de Beauvoir não utilize a palavra gênero, ela já esboçava de alguma maneira esse conceito. A fim de demonstrar como a filósofa o aborda antes mesmo de ele ser cunhado, é necessário retomar alguns pontos da perspectiva existencial que ela retoma e transforma, tendo como base essa leitura inédita e original, tão influente para o movimento feminista posterior, para se pensar as categorias de masculinidade e feminilidade, que é *O segundo sexo*. Buscou-se abordar nesta primeira aula que, em poucas palavras, Beauvoir evoca esse debate de gênero, sobretudo, pensando a situação das mulheres, construída através de discursos científicos, psicanalíticos, mitológicos e históricos.

Como argumentam inúmeras críticas, Beauvoir, de certa forma, corre o risco de generalizar o que ela denomina por Mulheres, por vezes acusada de unificar essa categoria tornando-a excludente, pois pretende-se universal. Ou então, por tomar essa categoria, cuja meta seria alcançar a transcendência representada pelo homem, uma perspectiva que permanece em relação ao homem como padrão universal. Contudo, coerente com a perspectiva existencial, Beauvoir estaria antes tentando não delimitar o que ela entende por ser mulher, mas delimitando o que “não” é a mulher e, assim, buscar compreender que a mulher é essa que a narrativa misógina e machista construiu enquanto ideal de feminilidade. Pensando dessa perspectiva, é possível fazer uma leitura que não endosse uma mulher universal, mas mostre que Beauvoir está descartando, passo a passo, cada objetificação e ideal de feminino que se tentou aprisionar em determinados corpos. Simone de Beauvoir (1908-1986) é uma intelectual que, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, descobriu a responsabilidade com a história e com sua época. Associada à filosofia existencial, em diálogo sobretudo com a filosofia sartreana, é nesse cenário que a filósofa explora questões como a natureza da liberdade e a responsabilidade com os outros, tanto em

²⁰ Sobre essa questão do surgimento do conceito e sua apropriação pela Ciências Sociais e Filosofia, ver os artigos: “Primórdios do conceito de Gênero” (1999), de Heleieth Saffioti e “Gênero como uma categoria útil de análise” (1995), de Joan Scott.

escritos literários quanto filosóficos, especialmente a partir da década de 1940^{21.3}. É possível observar o desenvolvimento do pensamento da filósofa desde seus primeiros ensaios filosóficos até *O segundo sexo*.

Nesses trabalhos iniciais, a filósofa se dedica a escrever sobre o que significa o existencialismo, esboça os conceitos pressupostos, as consequências nas condutas dos indivíduos e na constituição das subjetividades. Em outras palavras, *O segundo sexo* é o resultado maduro de um processo de escrita filosófica, que se inicia com *Pirro e Cineias* (1944) e *Moral da ambiguidade* (1946). Nessas obras, em resumo, Beauvoir nos mostra que a condição humana é ambígua. Tendo em vista que o sujeito, para a filosofia existencial, não possui qualquer essência, não é deduzido de uma natureza, o ser desse sujeito, na realidade, se coincide com suas ações, através de suas condutas. Grosso modo, isso significa afirmar que os sujeitos são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de outros sujeitos, de tal maneira que isso é *estar no mundo*. A percepção da liberdade intrínseca a um condicionamento social que é capaz de colocar seus limites é esboçada em *Moral da ambiguidade* (1946) e adquire profundidade em *O segundo sexo*: a liberdade situada toma consistência na medida em que a filósofa traça a experiência de opressão vivida pela mulher.

Logo na Introdução de *O segundo sexo*, a filósofa anuncia que sua perspectiva é a de uma moral existencialista. Como apontado, isso não é novo, pois ela já buscava fundamentar essa moral nos textos anteriores. Beauvoir desenvolve a ideia de que a condição existencial do sujeito se realiza através de sua transcendência, por seus próprios projetos. Todavia, em relação aos sujeitos encerrados na imanência, impedidos de transcender o estado dado, é possível falar que se trata de uma falta moral e responsabilidade total desses sujeitos? Diante dessas indagações, no decorrer de *O segundo sexo*, Beauvoir busca respostas para compreender os motivos que levaram, no caso, a mulher à categoria de “Outro” em um sentido negativo. Ou seja, a mulher, enquanto indivíduo existente, possui uma liberdade e descobre-se em um mundo onde homens lhe impõem uma condição de “Outro”.

Ao analisar a condição da mulher, a filósofa problematiza a questão da liberdade do sujeito e toda a discussão sobre a condição humana ambígua anteriormente esboçada em seus escritos toma corpo literalmente aqui. Para Beauvoir, de fato, há falta moral quando o indivíduo consente ao agir em si mesmo, ou seja, quando há transcendência na imanência: ele tem consciência, mas ainda assim age na imanência. Contudo, quando se trata de situações em que uma estrutura – cultural, econômica, social, histórica – inflige sobre o sujeito, e que não o possibilita agir de outra maneira, para a filósofa, isso caracteriza uma situação de opressão. Deixa de

21 Beauvoir escreveu biografias, romances, ensaios filosóficos, artigos políticos, peça de teatro, e inclusive ganhou o prêmio literário Goncourt, em 1954, por “Os mandarins”

ser puramente uma falta moral individual, para se tornar uma compreensão mais ampla de sua situação, sobre o como subjetividades são atravessadas por esse emaranhado estrutural. Tudo que reduz os sujeitos a estruturas e ações limita sua liberdade. No caso da feminilidade, Beauvoir retrata como os corpos foram, ao longo da história, destinados a determinados papéis e tarefas, sob a justificativa de um determinismo biológico.

Diante desse debate, é possível afirmar que, por mais que Beauvoir não utilize a palavra e o conceito de gênero, ela o faz à sua maneira, a partir de sua compreensão existencial da produção de subjetividades, oferecendo uma reflexão sobre como as nossas ações e valores no mundo são somente frutos de criações humanas e, portanto, não naturais ou necessárias a determinadas estruturas fisiológicas, cujos valores só existem em sociedade, de maneira que tanto a masculinidade quanto a feminilidade sejam construções histórico-sociais. Nesse sentido, prossegue Beauvoir, se existe uma opressão, é porque foi naturalizada como tal, criou-se hierarquias que se perpetuam historicamente. Dessa forma, sendo histórica, e os sujeitos, agentes, estes são os responsáveis pela perpetuação ou então, pela subversão da realidade dada a qual fazem parte.

2. Paul B. Preciado

Esta aula teve o enfoque específico na abordagem que Paul B. Preciado faz do conceito de gênero, isto é, referindo-se a outras pensadoras e pensadores para concluir que gênero, antes de ser utilizado e capturado como objeto de lutas por reivindicações, não tem um bom nascimento, visto que aparece primeiramente nas instituições médicas como maneira de reorganizar o corpo sexuado. Essa reorganização seria uma nova episteme da diferença sexual, a qual é inaugurada pelo conceito e uso do “gênero”.

A aula foi dividida em quatro subcategorizações do próprio tema, são eles: i. inicia-se a postulação da problemática, trazendo a genealogia do conceito gênero; ii. depois introduz John Money, o pedopsiquiatra que cunha o gênero como uma nova maneira de pensar os corpos sexuais; iii. em seguida, traz o uso das feministas brancas e radicais e a questão do porquê utilizaram gênero de tal maneira; e iv. por fim, como esse conceito gerou uma ruptura que se cerca de transversais.

Antes de iniciar, pensamos ser necessário pontuar quem é Paul B. Preciado, visto que o filósofo, ainda que tenha ganhado repercussão nos últimos anos, continua nas margens das epistemes clássicas, até porque esse lugar parece ser ocupado por escolha. Preciado nasceu na Espanha, formou-se em Filosofia numa universidade jesuíta, e depois viajou para os EUA e em seguida para a França, com o fim de continuar seus estudos. É na França, em meio a

uma conjuntura de discussões “cruas” acerca das sexualidades e das identidades de gênero, que o autor lança sua primeira obra *Manifesto contrassexual*, cujo conteúdo é amplamente influenciado pelas suas discussões com Butler e com Derrida.

Durante os próximos anos, escreve sua obra de autoexperimentação, *Testojunkie*, onde se debruçou acerca da farmacopornografia, ou, em outras palavras do capitalismo contemporâneo que utiliza as indústrias farmacêutica e pornográfica como suas maiores fabricantes de subjetividade e de capital. Sua terceira obra é *Pornotopia*, uma obra de crítica cultural, em que o filósofo desvela o processo inteiro envolvido na mansão e revista *Playboy*, do projeto arquitetônico até a circulação de material pornográfico, sinalizando para um grande paradigma de transição do capitalismo disciplinar para o farmacopornográfico. Suas duas obras mais recentes são *Um apartamento em Urano* e *Eu sou um monstro que vos diz*. A primeira traz suas crônicas escritas para o jornal francês *Libération*, nas quais relata diversas travessias, tanto viagens a diversos países, quanto sua transição jurídica de gênero. A segunda é uma palestra que Preciado ministra numa escola de psicanálise freudiana, na qual aponta que a episteme psicanalítica ainda trabalha com processos binários e colonialistas.

Na [i] introdução, pontuamos, primeiramente, que gênero não nasce nos discursos por direitos, por reivindicações construtivistas políticas culturais; ao contrário, ele aparece como conceito que cristaliza ainda mais um controle (biomédico-farmacológico-social) da vida, não tendo uma raiz histórica positiva. Além disso, o fato de não nascer positivado, porém ser amplamente conhecido através desse discurso cultural, mostra a ressonância que esse conceito tem, e conseqüentemente a sua importância para o capitalismo e para os movimentos sociais, fabricando subjetividades desejadas e capitalistas. Nessa nova utilização para classificar corpos sexuais, o conceito “gênero” marca um rompimento, uma separação, o surgimento de uma nova episteme sexual a ser adicionada para se pensar a ecologia política: masculinidade e feminidade se tornam não apenas marcadores, mas “artefatos” originados pelo capitalismo pós-industrial, os quais produzirão subjetividades rentáveis, produzirão quem vai produzir, fábrica da fábrica, fabricarão desejos, vontades, consumo, circulação de capital.

Em seguida [ii], apresentamos John Money, um pedopsiquiatra com o qual o termo “gênero” aparece em 1955, como método de discernimento clínico. Money lidava com bebês ditos hermafroditas (intersexuais) e utilizava técnicas cirúrgicas e administração de hormônios para modificar seus corpos, cuja anatomia e/ou o desenvolvimento fisiológico não eram passíveis de serem classificados como femininos ou masculinos. Diante das rígidas classificações de diferença sexual, Money utilizava e estratificava (um estrato sobre o outro) um novo conceito, uma nova epistemologia: o gênero como a prótese plástica, ou seja, identifica-se agora o corpo sexual através de práticas sociais e endocrinológicas, bem como cria-se uma subjetividade que seja compatível com a biopolítica regente.

Neste momento, trouxemos Anne Fausto Sterling, pesquisadora em biologia que escreveu obras acerca do dimorfismo sexual, para quem o próprio Money não via problemas nas crianças intersexuais, mas sim nas instituições que não permitiam crianças não identificadas como homens ou mulheres “biológicos”, ou seja, não havia uma razão ontológica, mas sim, política. Money e outros médicos/psiquiatras trabalham com categorias de atribuição de gênero que são metafisicamente irreconciliáveis: o reconhecimento visível são as verdades científicas, tratando-se de uma ontologia óptica reinante sobre o sexo biológico, enquanto o sexo psicológico está sob o comando de uma ontologia imaterial, não representável (próximo do inconsciente freudiano) - convicções psíquicas de que você é algo. Eis a grande questão dos estratos, antes era dimorfismo, agora é ele e mais outro. Esse regime sexo-gênero, o qual gera um rompimento, é o resultado entre uma metafísica do século XIX do dimorfismo sexual e da ascensão da indústria médica e técnica, nos quais os papéis de gênero podem ser artificialmente concebidos.

Após apresentar a problemática biológico-política do conceito de gênero, terminamos a aula abordando sobre [iii] as feministas brancas e [iv] a ruptura epistêmica. A tática das feministas radicais brancas foi uma espécie de captura, pois se mantém num discurso ontológico de diferença sexual metafísica. Essas feministas mantêm os estratos, “elevam-se” sobre a prótese de gênero, como algo que realmente pode ser realocado, trabalhado, construído. A questão é o motivo de não ter havido uso crítico do termo. Estamos nos referindo a um movimento que resulta em normatização e controle político quando coloca como seus sujeitos “as mulheres”. Além do construtivismo, o feminismo branco cai sobre ação estatal, cujos efeitos fazem parte de um programa amplo de controle social e normatização sexual que entrega ao Estado o controle dos próprios corpos com a pílula. Novamente, a mulher é uma ficção política, seu grau de veracidade efetua-se somente em conjunto com os dispositivos que a produzem, por exemplo, fora do regime de dimorfismo sexual e da diferença deste para um sexo psicológico. Desse modo, mulher e homem não existem em si, mas são resultado de uma semiologia que se adere ao corpo e gera verdade. O problema são linhas: ao invés de dialéticas da opressão, são tecnologias múltiplas.

“A noção clínica de gênero inventada por Money é, antes de tudo, um instrumento de racionalização do ser vivo em que o corpo visível é tão somente um dos parâmetros. A invenção do gênero como princípio organizador foi necessária para o surgimento e o desenvolvimento de uma série de técnicas farmacopornográficas de normatização e transformação do ser vivo” (PRECIADO, 2018, p. 121). Depois da Segunda Guerra Mundial, a cartografia do Ocidente, o dimorfismo sexual, torna-se dependente da gestão legal e comercial de moléculas essenciais para a produção de fenótipos que culturalmente reconhecemos como femininos ou masculinos. O conceito de gênero gera uma ruptura, visto que a partir dele não há mais volta; é o primeiro

momento autorreflexivo dentro da própria epistemologia da diferença sexual. “Money é para a história da sexualidade o que Hegel é para a história da filosofia”. Essa autorreflexão não significa que a partir daquele momento todo o discurso e ação, episteme e poder, serão radicalmente outros, mas haverá uma segmentação de mais formas: uma simultaneidade interligada, um efeito transversal de múltiplos modelos somatopolíticos que compõem e implementam subjetividade de acordo com várias intensidades, diferentes índices de penetração e diferentes graus de eficiência.

3. Iris Young

A aula que se baseou em Iris Young foi ministrada por Carolina Bernardini Antoniazzi. Carolina desenvolve pesquisa especificamente sobre a subjetividade e opressão de gênero a partir do corpo gestante na obra de Iris Marion Young. Assim, nota-se que o conceito de gênero é central para poder entender em que medida há, ou se há, opressão de gênero em relação ao corpo gestante. A autora escolhida, por sua vez, deve-se ao fato de que foi nela que Carolina encontrou solo fértil para pesquisar tal tema, ainda tão incipiente. O corpo gestante é pouco encontrado nas obras filosóficas, apesar de mostrar-se peça-chave no que se refere aos estudos fenomenológicos, por exemplo. Campo este, inclusive, explorado pela autora. É através do corpo gestante que muitas questões surgem. O sujeito gestante é posto como paradigmático para desvelar aspectos da experiência subjetiva, além de determinadas opressões. Paradigmático, pois irrompe fronteiras, nuances e abre espaço para camadas diversas de experiência ao abarcar e esfacelar categorias, bem como ao colocar em xeque o papel social e político da mulher. A obra de Iris Young, pelo viés do estudo fenomenológico do corpo próprio, descreve a experiência vivida desse sujeito, ao mesmo tempo que lança um olhar social para esta posição que abarca não somente o momento da gravidez, mas também o modo como se estruturam as sociedades e os saberes em torno deste fenômeno. Por um lado, a fenomenologia do sujeito gestante descreve aspectos da corporalidade, tais como as fronteiras entre o interior e o exterior, a imanência e a transcendência, revelando que estes são menos precisos do que se poderia imaginar inicialmente. Por outro lado, Young propõe um engajamento crítico por meio do estudo da corporalidade gestante, tal como esta interage com o mundo à sua volta, e pelo desvelamento de estruturas que possibilitam opressões e relações de poder entre grupos determinados socialmente. É possível analisar, então, como a estrutura social pode incidir sobre a experiência do corpo gestante e como a descrição fenomenológica desse corpo traz à tona opressões vividas no interior de uma sociedade onde elas vigoram e são estruturadas de modo generificado.

Tendo, portanto, debruçado sua pesquisa acerca dos debates e entornos do conceito de gênero, a obra escolhida para abordar este conceito na terceira aula foi o ensaio “Gênero como Serialidade: pensando sobre mulheres como um Coletivo Social”, de Iris Young. Note-se que, primeiramente, foi necessário expor rapidamente o conceito de corpo vivido, tema trabalhado na primeira aula. Young explora neste ensaio em questão a discussão que lançou dúvidas sobre o projeto de conceitualizar as mulheres enquanto grupo. Segundo ela, as críticas que apontam para uma normalização e exclusão de determinadas pessoas são válidas, quando esse agrupamento se dá através da busca de características em comum entre elas. Porém, assevera que há razões políticas e pragmáticas para se empenhar em pensar as mulheres como um grupo. Este impasse — pensar num coletivo social, como o de “mulheres”, específico à teoria feminista, sem que sejam identificadas por atributos em comum para fazer parte desse grupo — é resolvido pela autora a partir da reconceitualização de coletividade social ou de grupos sociais, oriunda da obra de Sartre *A crítica da razão dialética*.

Gênero, portanto, deve ser entendido como referindo-se a uma série social, um tipo específico de coletividade social que Sartre distingue de grupos. As vantagens de entender o gênero como serialidade seria uma maneira de se pensar nas mulheres como um coletivo social sem exigir que todas as mulheres tenham atributos ou uma situação em comum. Ou seja, há uma guinada lógica de Young. Há, pois, um deslocamento do conceito. Gênero não só é uma construção social — ele é mais adequado para pensarmos nas estruturas que comportam gênero, como heterossexualidade compulsória e divisão sexual do trabalho — do que propriamente dizer das subjetividades. Uma vez entendido que o gênero é para teorizar estruturas, mais do que sujeitos e suas subjetividades, fica mais fácil sair do problema posto pela tradição da teoria feminista.

Explorar este ensaio da autora nos possibilitou vislumbrar uma saída teórica posta na teoria de Iris Young que pode acrescentar ao debate feminista. Ao pensarmos o gênero como uma teorização de estruturas e relações, conseguimos endereçar melhor nossa crítica. Não podemos abandoná-lo, tendo em vista o que Silvia Federici diz: para destruímos algo, é preciso que esse algo seja reconhecido.

Em grande parte, este ensaio foi trazido ao curso justamente por uma inquietação pessoal da ministrante em entender como seria possível, simultaneamente, tratar do conceito de gênero sem realizar, assim mesmo, mais uma opressão.

Considerações finais

Este curso foi oferecido no evento sobre *Gênero e Feminismos* da FFLCH pela segunda vez. Na primeira vez, o curso foi oferecido junto aos cursos de inverno, também oferecido pelo

projeto de Cultura e Extensão da FFLCH. Assim como da primeira vez, houve uma enorme demanda, e todas as vagas oferecidas em seu número máximo foram preenchidas rapidamente. Junto a isso, ao ser oferecido o curso a toda a comunidade e não só à comunidade USP, pudemos perceber a escassez de cursos como este, visto que os sujeitos estão carentes de compreensão sobre o debate posto corriqueiramente de maneira mais aprofundada.

Além disso, tivemos bons retornos dos alunos, uma vez que estruturamos o curso em parte de exposição e parte de perguntas. Pudemos notar que houve o acompanhamento da bibliografia e, ao final da última aula, os alunos disseram ter compreendido e estarem mais aptos a buscar perspectivas sobre o assunto.

Fica claro que iniciativas como estas, de oferecimento de cursos livres e gratuitos, principalmente sobre temas contemporâneos como gênero e feminismos, são muito bem aceitas pela comunidade. A experiência de poder compartilhar em forma de curso o conhecimento que adquirimos ao longo de nossa pesquisa é também um modo de aprofundar o nosso próprio caminho acadêmico, além de poder retribuir o que estudamos com tanto afinho e seriedade. Acreditamos que tais iniciativas são essenciais nos tempos atuais.

Referências

BEAUVOIR, S. **Pyrrhus et Cinéas**. Paris: Gallimard, 1944. Ed. esp.: Para qué la acción? Tradução de Juan José Sebreli. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1965.

BEAUVOIR, S. **Pour une morale de l'ambiguïté**. Paris: Gallimard, 1947. Ed bras.: **Moral da Ambiguidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

BEAUVOIR, S. **L'existentialisme et la sagesse des nations**. Paris: Gallimard, 1948. Ed. bras.: **Existencialismo e a Sabedoria das Nações**. São Paulo: Editorial Minotauro, 1965.

BEAUVOIR, S. **Le Deuxième Sexe**. Paris: Gallimard, 1949. Ed. bras.: **O segundo sexo**. Tradução Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

PRECIADO, P. B. **Testojunkie**. São Paulo: n-1 Edições, 2018. STERLING, A. F. **Sexing the Body**. New York: Basic Books, 2000.

YOUNG, Iris. Gender as Seriality: Thinking about Woman as a Social Collective. *In*: YOUNG, Iris. **Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy and Policy**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997.

Autoras

Ana Beatriz Martins Craveiro é mestranda em Ciência Política, no departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Estuda a obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Mary Wollstonecraft.

Ana Beatriz Mauá Nunes é graduada, mestre e doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Estuda escritos autobiográficos produzidos por mulheres escritoras e artistas ao longo do século XX.

Beatriz Rodrigues Sanchez é doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutoranda vinculada ao Programa Internacional de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Camila Galetti é mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora vinculada ao Projeto Mulheres Eleitas (LAPPCOM-UFRJ). Editora da *Revista Espaço Acadêmico* (REA-UEM). Atualmente, é assessora parlamentar. Possui experiência nas áreas de Neoliberalismo, Teoria Feminista, Antifeminismos e Afetos.

Carolina Antoniazzi é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Mestranda em Ética e Filosofia pela FFLCH/USP, desenvolve, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisa em fenomenologia e teoria crítica, em torno do corpo gestante, subjetividades e opressões. A autora principal a qual sua pesquisa está vinculada é Iris Young. Foi contemplada com a bolsa ELAP, oferecida pelo governo canadense, realizando período sanduíche na Universidade da Concordia, Montreal – Canadá. Atualmente, também está em formação pelo coletivo Margens Clínicas.

Caroline da Silva Mariano é mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desenvolve pesquisa sobre criminalidade feminina na cidade de São Paulo entre 1850 e 1900 a partir de processos criminais e termos de bem viver, trabalhando com conceitos como vadiagem, honra, higiene, raça e gênero. Faz parte do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico, coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena P.T. Machado.

Caroline Passarini Sousa é mestre em História pela Universidade de São Paulo. Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Faz parte do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico, coordenado pela Prof^a Dra. Maria Helena P. T. Machado.

Denise Pimenta é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2009), tendo realizado formação complementar em História Social. Possui mestrado (2012) e doutorado (2019) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Eugenia Brage é graduada e doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires. Pós-Doutoranda do Centro de Estudos da Metrópole (USP, CEBRAP). Pesquisa temas de migração, saúde, gênero e trabalho (remunerado e não remunerado). Pesquisadora do Observatório Migração e Saúde. Faz parte do Grupo de trabalho “Migrações Sul-Sul” da CLACSO. Integrante da Rede MILBI+.

Eustáquio Ornelas Cota Jr. é doutorando e mestre em História Social com ênfase em arte, cultura e poder na América Latina pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bacharel e Licenciado em História pela mesma universidade. Atual professor do programa de Formação de Professores da Cidade de São Paulo (DIEJA-SME).

Giovanna Pezzuol Mazza é graduada e mestra em História Social (FFLCH/USP) com ênfase em história da cultura na América Latina. Trabalha como produtora cultural no Sesc Avenida Paulista nas áreas de desenvolvimento artístico, diversidade cultural e valorização social.

Ginneth Pulido-Gómez é colombiana, geógrafa da Universidade Nacional de Colômbia, mestra em Ciência Ambiental pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e doutoranda em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Na sua pesquisa atual aborda os debates contemporâneos sobre Estado, Soberania, Geopolítica, Guerra e Gênero.

Giovana Puppim Tardivo é bacharela e licenciada em história pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é mestranda no programa de História Social da mesma instituição, pesquisando a temática de gênero e escravidão e atua como professora de história na educação básica. Faz parte do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico, coordenado pela Prof^a Dra. Maria Helena P. T. Machado.

Jéssica Mayara de Melo Rivetti é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora vinculada ao Grupo de pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e ao Filolab – *Philosophy Public Controversies* da Universidad de Granada (UGR). É também coordenadora do Projeto “Mulheres Eleitas” (LAPPCOM-UFRRJ). Possui experiência nas áreas de Representação política de mulheres, Violência política de gênero, Elites Políticas e Estudos de Gênero.

Júlia Glaciela da Silva Oliveira é doutora em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e professora credenciada do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em História – da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Katarina Pitasse Fragoso é doutora em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (UCLouvain) e realiza pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desenvolve pesquisa sobre pobreza e desigualdades relacionais nas cidades, política participativa e integração social de grupos oprimidos.

Larissa Nadai é doutora em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é pós-doutoranda do Departamento em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), com bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP).

Laura Moutinho é professora do Departamento de Antropologia, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutora pela Universidade de Princeton. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) da USP.

Lígya Esteves Sant’Anna de Souza é mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. Com financiamento da CAPES, pesquisa formas de acolhimento institucional de meninas órfãs e vulneráveis na cidade de São Paulo no período pós-abolição, considerando concepções acerca de raça em circulação naquele momento. Faz parte do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico, coordenado pela Prof^a Dra. Maria Helena P. T. Machado.

Lis Macedo de Barros é mestranda em ética e filosofia política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tem sua pesquisa de mestrado em torno dos processos de subjetivação em Paul Preciado e em Félix Guattari.

Marília Ariza é doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado em Antropologia Social pela mesma instituição, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente, é docente de graduação e pós-graduação do Departamento de História da USP.

Marcela Boni Evangelista é doutora e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), onde também cursou a graduação em História. Professora da Faculdade de Educação da USP, coordenadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), cocoordenadora do GRUPEGH e diretora executiva do *podcast* Segundas Feministas do Grupo de Trabalho de Gênero da ANPUH.

Marina Camilo Haack é doutoranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Licenciada e mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Desenvolve, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisa sobre os impactos da Lei do Ventre Livre, maternidade, experiências e agências de mulheres escravizadas nas décadas finais do século XIX em Porto Alegre. Faz parte do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico, coordenado pela Prof^a Dra. Maria Helena P. T. Machado.

Melissa Tami Otsuka é formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (Bacharelado e Licenciatura). Mestranda em Filosofia, sob a orientação da Prof. Dra. Silvana de Souza Ramos. Foi contemplada com a bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sua pesquisa abarca a filosofia de Simone de Beauvoir e a relação com a filosofia hegeliana, sobretudo, a apropriação da dialética hegeliana pela filósofa em sua análise da condição da mulher enquanto o Outro. Título da tese: *A dialética n'O Segundo Sexo*. Atualmente, é professora de Filosofia da Escola Estadual Fernão Dias Paes.

Natália Fazzioni é doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Nathália Sanglard de Almeida Nogueira é professora adjunta da área de Teoria e Filosofia da História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Formação de Professores. Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Mestre em História pela mesma instituição. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2019-2020), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) (2018-2019).

Roberta Soromenho Nicolete é doutora em Ciência Política pelo departamento de Ciência Política (FFLCH/USP) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). É professora adjunta do departamento de Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ) e pesquisadora associada ao Centre d'Études Sociologiques et Politiques Raymond Aron (CESPRA/EHESS).

Thaís Mendes Moura Carneiro é graduada e mestra em História Social (FFLCH/USP), pós graduada em Fundamentos da Arte e da Cultura. Fundadora da Mulheres Viajantes e do Clube Latinas. Atua também como assistente de coordenação do núcleo Educação e Participação do Museu Judaico de São Paulo.

Vanilda Chaves é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e estagiária na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Atualmente, é membro do Grupo de pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e do Núcleo de Sociologia, Gênero & Sexualidade (NÓS/USP), participando do projeto “LGBTI+ e Eleições”. É pesquisadora do projeto Mulheres Eleitas (LAPPCOM/UFRRJ).

Vinicius Santos Almeida é mestre e doutorande pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Estágio doutoral realizado em 2021-2022 na Cátedra Intelligence Spatiale – Université Polytechnique Hauts-de-France.

Publique com a gente e
compartilhe o conhecimento



www.lettraria.net

